

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

JACIARA REIS NOGUEIRA GARCIA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROMOTOR
DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
FEVEREIRO – 2016

JACIARA REIS NOGUEIRA GARCIA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROMOTOR
DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, para obtenção do título de Mestre.

Prof.^a Dr.^a. Adriana Maria de Grandi – Orientadora
Prof.^a Dr.^a. Irene Carniatto - Co-orientadora

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ – BRASIL
FEVEREIRO 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon - PR., Brasil)

G216p	Garcia, Jaciara Reis Nogueira O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar e nutricional em Marechal Cândido Rondon - PR / Jaciara Reis Nogueira Garcia. - Marechal Cândido Rondon, 2016. 111 f Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a . Adriana Maria de Grandi Coorientadora: Prof. ^a Dr. ^a . Irene Carniatto Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016. 1. Educação ambiental. 2. Merenda escolar. 3. Sustentabilidade. 4. Alimentos - Qualidade. I. Grandi, Adriana Maria de. II. Carniatto, Irene. III. Título. CDD 22.ed. 371.716 304.2 CIP-NBR 12099
-------	--

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

JACIARA REIS NOGUEIRA GARCIA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROMOTOR
DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável", aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

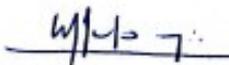
Marechal Cândido Rondon, PR, 18 de fevereiro de 2016.



Prof.^a Dr.^a Irene Carniatto de Oliveira - Coorientadora
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Valdeci José Zonin - Membro
Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof. Dr. Wilson João Zonin - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Dedicatória

A Deus, meu mestre maior, de todo meu coração, alma e entendimento.

Aos meus amados filhos Daniel, Elvis e Ian, meus maiores motivos para lutar.

Ao meu querido esposo Luciano, sem o qual não seria possível chegar até aqui.

Aos meus pais, João (in memoriam) e Jacirema, por me darem todo amor do mundo.

Aos meus irmãos, Jaciella, Jader e Jacimara pelos laços de amor que nos unem.

A minha família, minha base.

Aos amigos de perto e de longe, pelo apoio nesse longo caminho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, meu Mestre e Senhor, maior responsável por essa conquista, por me permitir estar sempre firme na Sua presença. Sem o Senhor eu nada seria;

Aos meus queridos pais, João Vicente Nogueira (in memoriam) e Jacirema Maria Silva dos Reis, pela dedicação e esforço. Por me ensinarem a andar no caminho reto e nunca desistir dos meus sonhos;

Aos meus amados filhos, Daniel Felício Nogueira Neto, Elvis Reis Nogueira Felício e Ian Reis Nogueira Felício, declaro minha gratidão por estarem sempre ao meu lado torcendo e comemorando as vitórias conquistadas e por compreenderem minhas ausências durante essa caminhada;

Ao meu amor, meu esposo, Luciano Anísio Garcia, maior incentivador e sem o qual eu não estaria aqui. Obrigada pelo amor, pela paciência, dedicação, ajuda e companheirismo nos bons e maus momentos dessa jornada;

Aos meus irmãos, Jacicléa Reis Nogueira, Jáder Glayson Reis Nogueira e Jacimara Reis Nogueira, pelo carinho, apoio e pela solidariedade em todos os momentos da minha trajetória. Obrigada por sempre comemorarem minhas conquistas;

À minha família, por me desejar o melhor e acreditar em mim;

À minha orientadora, Prof. Dra. Adriana Maria De Grandi, pelo excelente exemplo profissional e, desde o princípio, por ter acreditado e confiado em alguém que veio de tão longe. Parabéns pela linda Maria Clara, sua maior conquista;

À Prof^a. Dra. Irene Carniatto (co-orientadora), que em virtude da impossibilidade da Prof^a. Adriana, aceitou o desafio de me orientar e me ajudar a construir esse trabalho com muita paciência, compreensão e carinho. Obrigada pelo exemplo de competência, profissionalismo, ética, fé em Deus e amor ao próximo;

Ao coordenador do programa de Pós-Graduação, Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva, pelas orientações e contribuições, a todos os professores e funcionários da Unioeste, em especial ao Prof. Dr. Wilson João Zonin, pela valiosa contribuição científica e à assistente do Programa Lizete Maria Eckstein Fredo pela amizade e incentivo;

Aos colegas de curso pelo compartilhamento de momentos de alegria nesse percurso;

À Prefeitura do município de Marechal Cândido Rondon, especialmente ao Exm.º Sr. Prefeito Moacir Luiz Fhroelich e Ilma. Sra. Secretária de Educação Marta Salete Bendo, pela compreensão, apoio e permissão da utilização do município como exemplo deste trabalho;

Aos amigos do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar, Elly Ana Pootz e Sebastião Alves, agradeço pelo carinho, apoio e incentivo imprescindíveis para conquista desse desafio;

À comunidade escolar, principalmente a todas as cozinheiras e zeladoras das Escolas e Centros de Educação Infantil do município, minhas colaboradoras nesse processo. Vocês são nota 10!

Aos agricultores familiares pela cooperação, troca de experiências e relatos de vida para realização desse projeto;

À ITAIPU BINACIONAL, em especial ao Exmo. Sr., Diretor-Geral brasileiro, Jorge Miguel Samek, e ao Ilmo. Sr. Diretor de Coordenação Nelton Miguel Friedrich, por incentivarem as parcerias interinstitucionais e pelo desenvolvimento do Programa Cultivando Água Boa. Aos Ilmos. Srs. Engenheiros agrônomos Sérgio Anghben e Joao Luiz Breinack do Comitê Gestor de Desenvolvimento Rural Sustentável pelo apoio, incentivo e pela amizade diante de tantos desafios. E também aos Ilmos. Sra. Leila de Fátima Alberton, Gestora do Programa de Educação Ambiental, Sr. Mauri Schneider e Sra. do Convênio Linha Ecológica, por todo carinho e colaboração durante esse percurso;

Por fim, expresso minha gratidão a todos aqueles que mesmo não estando citados aqui, contribuíram para minha vida acadêmica, pois acreditaram na força do amor, da persistência e da fé para concretização de sonhos.

EPÍGRAFE

Enquanto realizava esse trabalho pude refletir sobre as agruras do homem do campo. Foi inevitável a comparação entre as realidades das regiões Nordeste, onde cresci, e Sul do Brasil, que tão bem me acolhe. Diante disso, lembrei-me de uma canção que quando eu era criança minha mãe cantava e que me fazia chorar ao perceber, desde aquele tempo, que as angústias e sofrimentos dos mais oprimidos, precisava de maior atenção.

Síptica Cearense

Autor: Luís Gonzaga

*Oh! Deus, perdoe este pobre coitado
Que de joelhos rezeu um locado
Pedindo pra chuva cair sem parar.*

*Oh! Deus, será que o senhor se ranguu
E só por isso o sol se arreterou
Fazendo cair toda a chuva que há*

*Senhor, eu pedi para o sol se esconder um tiquinho
Pedi pra chover, mas chover de mansinho
Pra ver se nascia uma planta no chão.*

*Oh! Deus, se eu não rezei direito o Senhor me perdoe,
Eu acho que a culpa foi
Desse pedre que nem sabe fazer oração*

*Meu Deus, perdoe eu encher os meus olhos de água
E ter-lhe pedido cheinho de mágoa
Pro sol inclemente se arreterar.*

*Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno
Desculpe eu pedir para acabar com o inferno
Que sempre queimou o meu Ceará.*

BIOGRAFIA

Jaciara Reis Nogueira Garcia, natural da cidade de Belém, estado do Pará. Filha primogênita de João Vicente Nogueira e Jacirema Maria Silva dos Reis. Aos dois anos de idade mudou-se com a família para Fortaleza, cidade natal de seu pai, no estado do Ceará. Desde o ano de 2011, reside no município de Toledo, estado do Paraná com o esposo Luciano Anísio Garcia e os filhos Daniel Felício Nogueira Neto, Elvis Reis Nogueira Felício e Ian Reis Nogueira Felício, e os enteados Dieyne Garcia, Matheus Henrique Garcia e João Vitor Garcia.

Sua trajetória estudantil se iniciou em Fortaleza no ano de 1977 no Instituto Pedagógico Santos Dumont. A partir de 1980, cursou da 1ª série do ensino fundamental até a conclusão do ensino médio nas seguintes escolas: Escola de 1º grau Circulista Bom Jesus, Escola de 1º Grau do Estado do Pará, Centro Educacional João Pontes, Colégio Lourenço Filho, Colégio Estadual Governador Aduino Bezerra e Colégio Geo Studio.

Aprovada no vestibular no ano de 1992, ingressou no curso de Bacharelado em Nutrição na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Como profissional, desempenhou atividades em áreas da ciência da Nutrição, como Saúde Pública, Nutrição Clínica e Alimentação Institucional. Em 2012, foi aprovada no concurso público da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná. Atualmente, é nutricionista responsável técnica pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar do município, desempenha atividades como Presidente da Associação de Nutricionistas do Oeste do Paraná (ANUOP) e como Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Assis Gurgacz, em Cascavel-PR.

A retomada da vida acadêmica se deu através do ingresso no curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em março de 2014, concluindo em janeiro de 2016.

RESUMO GERAL

Jaciara Reis Nogueira Garcia. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR.** 2016. 110p. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon – PR, 2016.

A definição de Desenvolvimento Sustentável explicita-se pelo envolvimento de dois conceitos: desenvolvimento e sustentabilidade. Pode-se afirmar que o desenvolvimento ocorre somente quando há a redefinição das relações entre sociedade e natureza. A relação entre a Política Pública de Alimentação Escolar e a ideia de desenvolvimento foi construída a partir de tais conceitos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é apresentado como meio que possibilita a passagem do conceito para a ação. Um instrumento capaz de impulsionar ações que envolvam diversos atores sociais na transformação da sua realidade de forma consciente e também no estabelecimento de novos valores. A legislação do PNAE enfatiza a importância das ações que visam à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente como estratégia para alcançar a Soberania Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Logo, observa-se que tanto a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) estão interligados. Pouco se tem evidenciado sobre as ações e reações provocadas pela implantação e execução do PNAE como formadoras de um ambiente integrado para a política de segurança alimentar e nutricional locais. Desse modo, o presente trabalho visa analisar as ações do PNAE que possam ou não caracterizá-lo como indutor do Desenvolvimento Rural Sustentável e da garantia da SAN. Está baseado em um estudo de caso no município de Marechal Cândido Rondon-PR, com enfoque nos resultados da execução do Programa em nível municipal. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa exploratória e documental de arquivos sobre a execução do Programa no município e a aplicação de questionários e entrevistas com diferentes atores sociais envolvidos no Programa, sendo agricultores, merendeiras, gestores da Alimentação Escolar Municipal. Os resultados apontam que o PNAE exerce um papel fundamental como promotor da DRS, que o cumprimento da sua legislação é essencial tanto para a garantia da SAN como para a melhoria da qualidade de vida da população envolvida. Conclui-se que o PNAE é um importante instrumento que viabiliza a valorização da agricultura familiar bem como o processo da fixação do homem no campo, o resgate de hábitos alimentares locais, as políticas de produção de alimentos saudáveis e orgânicos, as políticas de educação e proteção ambiental e, sobretudo, um atendimento nutricional adequado à alimentação da população escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Alimentação Escolar; Promoção da saúde; Sustentabilidade; Inovação social.

THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM AS A PROMOTER OF SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT, AS WELL AS OF FOOD AND NUTRITIONAL SAFETY IN MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR.

The definition of Sustainable Development is related to the involvement of two concepts: development and sustainability. It can be pointed out that development occurs only when there is a redefinition of the connexion between society and nature. Thus, the relation between Public School of Food Policy and the idea of development was built on such concepts. The National School Feeding Program (NSFP) is shown as a possibility that allows the transition from concept to action. An instrument that can provide actions where several social actors can take part of their transformation of reality in a conscious way as well as establish new values. NSFP legislation emphasizes the importance of actions that aimed at promoting Food and Nutrition Security, mainly as a strategy to achieve Food Sovereignty and Human Right to an adequate diet. So, it is observed that both Food and Nutritional Security (FNS) and Sustainable Rural Development (SRD) are intertwined. Little has been highlighted about actions and reactions caused by the deployment and execution of NSFP as formers of an integrated environment for local diet and nutritional security policy. Thereby, this paper aims at analyzing NSFP actions that may or may not characterize it as an inducer of both Sustainable Rural Development and FNS guarantee. It is based on a case study in Marechal Cândido Rondon-PR, whose goals are on the results to fulfill this program in the city. Therefore, an exploratory and documentary research was carried out concerning the program deployment in this municipality as well as the application of questionnaires and interviews with several social actors that took part of it, such as farmers, school cooks, and managers of Municipal School Feeding. The results indicate that NSFP plays a fundamental role as a promoter of SRD, that its legislation enforcement is essential to guarantee FNS and improve those people's living quality. Finally, it is concluded that NSFPs an important instrument that makes feasible familiar agriculture valuation as well as the process of keeping man in the countryside, recovery of local feeding habits, healthy and organic food production policies, education and environmental protection policies and, mostly, adequate nutritional care for the school population.

Keywords: Environmental Education; School Feeding; Health promotion; Sustainability; Social innovation.

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 - Número de alunos matriculados nas instituições de ensino de Marechal Cândido Rondon de 2012 a 2014..... 42

Tabela 2 - Valores repassados aos municípios pelo FNDE, por dia letivo para cada aluno.....

43

Tabela 3 - Recursos disponíveis para alimentação escolar do município de Marechal Cândido Rondon no período de 2012 a 2014..... 45

Tabela 4 - Composição dos agricultores familiares, conforme gênero e faixa etária..... 46

Tabela 5 - Membros do núcleo familiar por faixa etária e ocupação.....

49

Tabela 6: Caracterização das famílias segundo a renda média mensal.....

54

ARTIGO 2

Tabela 1 - Percepção das Cozinheiras sobre o grau de Importância dos processos formativos e dos Atores envolvidos no PNAE 96

Tabela 2 - Demonstrativo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE de Marechal Cândido Rondon, conforme tipo de atividade agrícola

produtiva 99

Tabela 3 – Quantidade média de consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar por alunos da rede municipal de ensino de Marechal Cândido Rondon – PR 101

101

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1 - Número de refeições servidas por ano aos escolares de Marechal Cândido Rondon no período de 2012 a 2014.....

44

Figura 2 - Classificação das famílias por número de residentes na propriedade..... 47

Figura 3: Nível de Escolaridade dos agricultores fornecedores da Alimentação Escolar em Marechal Cândido Rondon..... 48

Figura 4 - Classificação dos agricultores familiares conforme tipo de atividade agrícola..... 51

Figura 5: Representatividade da renda gerada pelo Programa de Alimentação Escolar em relação à renda total das famílias..... 56

Figura 6: Representatividade da renda gerada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em relação à renda da agricultura familiar..... 56

ARTIGO 2

Figura 1 - Fases de implantação dos Direitos Humano à Alimentação Adequada (DHAA)..... 74

Figura 2 - Participação do Grupo dos Nutri-heróis no desfile cívico de 7 de setembro, 2015..... 85

Figura 3 - Ações de Educação Alimentar e Nutricional nas Instituições de ensino, 2015.....

86

Figura 4- Ações de Educação Alimentar e Nutricional nas Instituições de ensino, 2015.....

89

Figura 5 - Lançamento do Projeto Cultivando Saberes e Sabores - Julho, 2014..... 89

Figura 6 - Concurso de Receitas Saudáveis das Cozinheiras - Outubro, 2014 90

Figura 7 - Participação das Cozinheiras e vencedoras do concurso no Evento Cultivando Água Boa -Novembro,2014.....

90

Figura 8: Entrega dos Certificados do curso de formação do Projeto Cultivando Saberes e Sabores durante o Cultivando Água Boa 2014 -

Novembro,

2014

....	91
Figura 9– Participação de Cozinheira e Nutricionista de Marechal Cândido Rondon no Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre, 2013.....	92
Figura 10 – Participação de Cozinheira e Nutricionista de Marechal Cândido Rondon no V Festival de Gastronomia Orgânica – São Paulo, 2014.....	92
Figura 11 – Participação de Cozinheira e Nutricionista de Marechal Cândido Rondon no I Festival de Gastronomia Orgânica – Porto Alegre, 2014	92
Figura 12 - Participação dos Agricultores familiares no desfile cívico de 7 de setembro, 2015.....	93
Figura 13 – Formação Técnica para cozinheiras da Alimentação Escolar – Agosto, 2014	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	23
ARTIGO 1.....	25
O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOBERANIA ALIMENTAR.....	25
1 INTRODUÇÃO.....	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	30
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6 REFERÊNCIAS.....	60
ARTIGO 2.....	66
O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	66
1 INTRODUÇÃO.....	66
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	68
3 METODOLOGIA.....	76
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
6 REFERÊNCIAS.....	100
CONCLUSÃO GERAL.....	104
APÊNDICE 1	108

INTRODUÇÃO GERAL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável explicita-se pelo envolvimento de dois conceitos: desenvolvimento e sustentabilidade. Pode-se afirmar que o desenvolvimento ocorre somente quando há a redefinição das relações entre sociedade e natureza. Logo, muitas discussões acerca do tema não conseguem demonstrar, na prática, ações que realmente alcancem a proposição dos seus objetivos.

Não há desenvolvimento sustentável quando há exclusão social, miséria e destruição do meio ambiente. Mas, de forma mais clara, o que é desenvolvimento? Para Sen (2010)¹, não há desenvolvimento sem liberdade, pois a liberdade tanto representa o meio quanto o fim do desenvolvimento. Rompendo a ideia de crescimento econômico como desenvolvimento, o autor afirma que um povo desenvolvido tem garantidos condições de vida longa e saudável, instrução e acesso a recursos para uma vida digna e ampla participação na vida da comunidade. Assim, Sen (2010)¹ conceitua ainda que “o Desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Ainda ao se relacionar desenvolvimento e liberdade, Cambra (2000)² completa ao afirmar que é impossível falar de desenvolvimento se esse não implica a liberdade de todos e de cada ser humano para escolher conscientemente seu destino individual e coletivo. O desenvolvimento do ser humano é fundamental nesse processo, pois está intrinsecamente ligado ao ato de libertar-se e esse desenvolvimento como libertação requer equidade e a participação. É fundamental proporcionar espaços de discussão e participação social, capazes de impulsionar transformações das realidades. É necessário que haja a possibilidade de escolher o próprio caminho para construção de uma sociedade política, social, econômica e culturalmente equitativa e em harmonia com a natureza. É fundamental que haja garantia do direito de decidir como se quer viver.

Um dos pontos fundamentais nesse cenário é lembrar-se de que a preocupação com o futuro da humanidade passa, sobretudo, pelo direito imprescindível à alimentação. O ato de alimentar-se está relacionado com a capacidade de sobrevivência do ser humano, revestida de conteúdos que

¹ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

² CAMBRA BASSOLS, Jordi de. Desarrollo y subdesarrollo del concepto de desarrollo: elementos para una reconceptualización. El Resignificado del Desarrollo”, UNIDA, Buenos Aires, 2000.

simbolizam aspectos socioculturais, religiosos, políticos, ambientais de uma civilização.

Infelizmente, a realidade aponta que problemas como fome e subnutrição subsistem apesar da produção mundial de alimentos ser suficiente para suprir as necessidades da população do Planeta. Portanto, diante desse quadro de injustiças e desigualdades sociais, não é à toa que temas como Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional estão em evidência. Os aspectos de solidariedade, preocupação e cuidado com o ambiente e com os seres humanos acendem uma luz no fim do túnel contra a exterminação da espécie.

Assim, na execução desse trabalho, a relação entre a Política Pública de Alimentação Escolar e a ideia de desenvolvimento foi construída a partir de tais conceitos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é apresentado como meio que possibilita a passagem do conceito para a ação. Um instrumento capaz de impulsionar ações que envolvam diversos atores sociais na transformação da sua realidade de forma consciente e também no estabelecimento de novos valores. Apresenta-se como uma das estratégias de redução da fome, de acesso ao alimento, dado principalmente pela sua característica de universalidade.

O PNAE é apresentado pelo Governo Federal como a mais antiga e consistente Política Pública de Alimentação e caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar sustentável com reconhecimento mundial. Sua trajetória tem como marcos principais, a consolidação da descentralização da aquisição em 1998, a instituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Programa no ano 2000 e a obrigatoriedade do nutricionista como responsável técnico pelo Programa em 2006. A partir de 2009, com a Lei nº 11.947/2009 e as resoluções nº 26/2013 e nº 15/2015 além da importância de ações de educação alimentar e nutricional, houve o fortalecimento, a valorização da agricultura familiar e o incentivo à compra de alimentos orgânicos ou de base agroecológica. Assim, foram apresentadas as características socioambientais e de sustentabilidade como aspectos fundamentais do Programa (BRASIL, 2015)³.

Diante disso, a legislação do PNAE enfatiza a importância das ações que visam à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente como

³ BRASIL Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

estratégia para alcançar a Soberania Alimentar e o Direito Humano a Alimentação Adequada. Logo, insere-se nesse enfoque que tanto a Segurança Alimentar e Nutricional como o Desenvolvimento Rural Sustentável estão interligados.

Desse modo, o presente trabalho visa analisar as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que possam ou não caracterizá-lo como indutor do Desenvolvimento Rural Sustentável e da garantia do Segurança Alimentar e Nutricional, baseado em um estudo de caso no município de Marechal Cândido Rondon-PR, com enfoque nos resultados da execução do Programa em nível municipal.

A análise dos dados do município considerou, entre outras, encontrar respostas para as seguintes indagações: qual a importância do PNAE para a agricultura familiar? Há valorização da agricultura familiar no PNAE municipal local? O PNAE é promotor de Desenvolvimento Rural Sustentável? Quais os atores sociais envolvidos nesse processo? Qual a importância do PNAE municipal para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada?

Os aspectos metodológicos e resultados serão apresentados em dois artigos denominados: 01) O Programa Nacional de Alimentação Escolar como indutor de Desenvolvimento Rural Sustentável e Soberania Alimentar; e 02) O Desenvolvimento Rural Sustentável e a Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada através do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Por fim, apresentar-se-á a conclusão geral sobre os impactos do PNAE na interface do Desenvolvimento Rural Sustentável e da Segurança Alimentar e Nutricional.

ARTIGO 1

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOBERANIA ALIMENTAR

Resumo

Realizou-se uma pesquisa de estudo de caso no município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná com a finalidade de verificar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o Desenvolvimento Rural Sustentável, e sua atuação como instrumento de Segurança Alimentar e Nutricional, na dimensão da soberania alimentar. Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se à pesquisa documental de arquivos da Divisão de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do município estudado, a fim de coletarem-se dados dos projetos referentes à agricultura familiar. Foram realizadas entrevistas com trinta agricultores, que representam a totalidade dos participantes do Programa, sendo também entrevistados os gestores públicos responsáveis pela execução. Observou-se que o Programa de Alimentação Escolar é indutor do Desenvolvimento Rural Sustentável e da Soberania Alimentar bem como promove a melhoria de qualidade de vida, a geração de renda e inclusão social destes agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Desenvolvimento Local; Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

A research concerning a case study was carried out in Marechal Cândido Rondon city, Parana to ascertain the contribution of school feeding program for sustainable rural development, and its role as a Food Safety Tool and Nutrition, on food sovereignty. This study development was based on a documentary research of a School Feeding Division of files from the municipal Department of Education in order to collect projects data from familiar agriculture. There were interviews with thirty participating farmers as well as with public managers, responsible for such implementing. It was observed that the School Feeding Program is the inducer of sustainable rural development and food sovereignty. It also puts forward the improvement, income generation and social inclusion of farmers' life quality.

Keywords: Family agriculture; Local development; Food and nutrition security.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passa por uma transição no modelo de desenvolvimento rural com o objetivo de promover o Desenvolvimento Rural Sustentável. A mudança requer a inclusão de políticas voltadas ao uso consciente dos recursos naturais, além da redução da pobreza e das desigualdades sociais. Cria condições de aliar o crescimento econômico às melhores condições de vida no campo e preservação ambiental

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável, na UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, PR. Nutricionista na Prefeitura de Marechal Cândido Rondon (PR). jaciaraeis@hotmail.com.

⁵ Prof^a. Doutora, docente e pesquisadora do Colegiado de Ciências Biológicas da UNIOESTE, Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Campus de Cascavel. Cascavel, PR. irenecarniatto@gmail.com.

⁶ Prof^a. Doutora, do Centro de Ciências Agrárias da UNIOESTE, Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Campus Marechal Cândido Rondon, PR. adrianadegrandi@yahoo.com.br.

(BRASIL, 2015).

Historicamente, com o objetivo de avançar nesta direção, inicialmente travou-se uma luta social organizada pelos agricultores familiares em busca da construção e do fortalecimento de sua identidade bem como a conquista de direitos e políticas públicas capazes de inseri-los no processo de desenvolvimento. Uma forma de desenvolvimento não apenas ligada ao crescimento econômico, mas interligada ao processo de inclusão social (BRASIL, 2015).

Não obstante, os objetivos traçados pelas Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável, além de envolverem os programas de financiamento para promoção da produtividade, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e programas de assistência técnica também incluem os Programas de comercialização, entre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Nesse ponto, verifica-se um entrelaçamento dos objetivos do PNAE que também se apresenta como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, pois ressalta a importância da participação e do controle social, no fortalecimento dessas políticas públicas para erradicação da fome e da miséria, geração de renda e estruturação da agricultura familiar (BRASIL, 2015).

Diante disso, considera-se que o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável visa à promoção de ações voltadas ao bem-estar social, econômico e cultural. Respeita os bens da natureza e confirma o que disse Almeida (1995), ao afirmar que, no século XXI, a consecução do desenvolvimento sustentável se realizaria em um enfoque sistêmico, com ações de integração da natureza com a sociedade. Para Sachs (2004), a noção de desenvolvimento sustentável ocorre na interface do crescimento econômico com impactos positivos nas áreas social e ambiental. Assim, considerando os critérios de sustentabilidade econômica, ambiental e social no meio rural, o agricultor familiar pode ser protagonista no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Assim, a amplitude do conceito de desenvolvimento adere-se às políticas que envolvem as chamadas práticas inovativas sociais. A inovação, nesse caso, deixa de ser vista como desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao crescimento econômico e adquire abrangência de troca de conhecimento, de fortalecimento dos atores envolvidos. Torna-se mais pedagógica, pois apresenta a aproximação do agricultor familiar com o mercado de comercialização local, além de abrir ou ampliar as oportunidades de comercialização dos produtos e gerar renda a

partir da criação de redes curtas de comercialização (ANDRADE, 2006).

As Redes Curtas de Comercialização (RCC), inseridas no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, proporcionam o fortalecimento da relação entre produtores e consumidores. É uma troca de saberes, estabelece uma relação de confiança entre os diferentes atores envolvidos no processo de alimentação e nutrição, e assumem amplo papel como representantes de aspectos culturais, de inclusão social e de direito humano.

Os aspectos da justiça social e da solidariedade devem ser à base desse tipo de Circuito Curto (CC) de comercialização. Segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2013, p. 9), o conceito de CC é designado a partir de experiências brasileiras e francesas como “modos de troca e circulação de mercadorias de forma justa e solidária para ambas as partes: produtores e Consumidores”. Ainda os autores esclarecem que “esses tipos de circuitos de comercialização reforçam a noção de autonomia, conferem maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo”.

Portanto, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN se inclui no contexto de Desenvolvimento Rural Sustentável quando considera os aspectos de quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. Além disso, ressalta-se que as ações do SAN são desenvolvidas nas dimensões do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar. Portanto, as políticas e ações de SAN contemplam tanto a dimensão alimentar quanto a dimensão nutricional. Assim, para melhor entendimento, afirma-se que a dimensão alimentar está relacionada à forma de produção, condições, disponibilidade, acesso e comercialização dos alimentos, aspectos que serão enfatizados neste trabalho. Enquanto a dimensão nutricional desenvolve-se a partir de políticas que sejam relacionadas ao comportamento alimentar e à utilização do alimento pelo organismo (PARANÁ, 2013).

Por isso é importante salientar que a segurança alimentar engloba uma série de questões, dentre elas o acesso à terra e à água, o fomento à agricultura familiar, a recuperação da capacidade reguladora do Estado e a ampliação de ações estruturantes e emancipatórias (BRASIL, 2013).

Conforme afirmam Triches e Schneider (2010), a política de alimentação escolar é promotora de inclusão social e desenvolvimento local por apresentar em sua legislação objetivos e diretrizes que propõem a aquisição de produtos dos agricultores

familiares. Desta forma, promove-se a geração de renda e melhoria de vida desses trabalhadores, já que torna-se indutora de desenvolvimento local e regional.

Ademais, a oferta de alimentação saudável para todos os alunos matriculados em escolas públicas funciona no combate à insegurança alimentar. Ela também avança na área de Desenvolvimento Rural Sustentável, de acordo com a legislação que obriga a aquisição de, pelo menos, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, aplicados na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (FAO, 2015).

Portanto, há aspectos fundamentais da política de alimentação escolar como o estreitamento na comunicação entre produtor e consumidor, entre campo e cidade. Com isso, o PNAE se destaca não somente pela produção sustentável de alimentos e geração de renda, mas também pela diversificação e melhor qualidade dos alimentos, custos reduzidos de transporte, com relação aos hábitos alimentares regionais e à relação de confiança entre os diferentes atores, os quais o inserem na Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (SARAIVA *et al*, 2013).

Tais afirmações baseiam-se no fato de que, mesmo em meio a grandes cadeias agroalimentares, para atender à merenda escolar, os agricultores familiares se organizam em redes e criam associações para atender aos mercados institucionais. Isso funciona como uma estratégia de inclusão social e contrapõe-se à situação de desigualdade de distribuição de renda apresentada no Brasil (PAULILO; ALMEIDA, 2005).

Neste sentido, objetivou-se com este trabalho: a) analisar a eficácia da Lei do PNAE em nível municipal; b) verificar quais ações foram desenvolvidas para atender às diretrizes do Programa Nacional, c) examinar quais resultados da execução do PNAE municipal promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável e a Soberania Alimentar. Portanto, propõe-se para esta pesquisa a seguinte hipótese: pode-se afirmar que as ações e os resultados da execução da lei do PNAE no município de Marechal Cândido Rondon-PR são entendidos como promotores do Desenvolvimento Rural Sustentável e da soberania alimentar?

Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa direcionada aos trinta produtores rurais, fornecedores de alimentação escolar e aos nutricionistas da Secretaria de Educação do município de Marechal Cândido Rondon, para comprovar a eficácia da lei do PNAE na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (DRS)

De acordo com Silva (2013), a ideia de rural como algo antigo, contrário ao desenvolvimento e à modernidade, advém do panorama de mudanças criadas pelo crescimento do capitalismo na Europa do Século XVII, quando as fábricas (urbano) surgiram como representantes do progresso. O novo e a oposição feudal (rural) representavam a força que impedia o crescimento. Era o atraso que tentava impedir o progresso. Desde então, as atividades desenvolvidas no campo, principalmente as da agricultura familiar, no processo de modernização, passaram a representar o arcaico.

Na década de 70, com a ideia de desenvolvimento rural atrelada ao crescimento econômico e ao início da chamada “Revolução Verde”, essa concepção se fortaleceu com ações de fortalecimento da monocultura latifundiária, uso de agroquímicos e a mecanização da produção. Porém, diante de uma corrida desenfreada pelo progresso, encontraram-se a geração de grandes desigualdades socioeconômicas e a exclusão do agricultor familiar do campo. O êxodo rural foi promovido pela ilusão de uma vida melhor na cidade, com o aumento da oferta de empregos e os resultados da “modernidade”. Porém, na realidade, os pequenos agricultores, foram submetidos a exclusão e a precárias condições de vida (TURPIN, 2008; NIEDERLE *et al*, 2013).

2.2. CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Segundo Ignacy Sachs (2002, p. 85-89), citado por Valdir Lamim-Guedes (2013), existem oito dimensões da sustentabilidade que devem ser os pilares para uma sociedade sustentável: *ambiental*, *territorial*, *social* que visam a uma vida digna para todos os indivíduos; o *cultural* que busca a inovação com respeito às tradições de um povo, o cuidado com a utilização dos recursos da natureza para a sustentabilidade *ecológica*, *econômica*, *política nacional* e a *política internacional*. Ademais, diversos teóricos atuais apresentam a dimensão da *espiritualidade* como um dos pilares para uma vida sustentável.

Diante disso, aplica-se o conceito de Desenvolvimento Rural que se afirma

como

o resultado de uma série de transformações quantitativas e qualitativas que se produzem no meio da população rural e na qual os efeitos convergentes produzem, com o tempo, uma elevação do nível de vida e uma evolução favorável do gênero de vida. Em outras palavras, o desenvolvimento implica, ao mesmo tempo, um progresso econômico que se apoia sobre o progresso técnico, e um progresso das pessoas, das comunidades, das regiões e das nações (BORDENAVE, 1988 *apud* SILVA, 2007).

Diante disso, será que a amplitude dessas transformações no meio rural reflete apenas as mudanças ocorridas nesse meio?

Segundo a conceituação do “novo rural brasileiro” apresentado por Silva (2013, p.1), não é possível mais separar os espaços em rural e urbano.

Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Ainda, Navarro (2001) complementa que a divisão entre o rural e o urbano vem sendo substituída pela noção de território. E, no denominado “novo rural” é cada dia mais perceptível a mistura entre os dois meios, a qual promove mudança nas atividades desenvolvidas, no que antes era típico de cada área. Com isso, as ações propulsoras de desenvolvimento rural são cada vez menos direcionadas somente para a área rural e a produção agrícola. E são cada vez mais fortalecidas nas relações e interações sociais com crescente abrangência territorial, já que uma realidade interfere na outra.

Para tanto, nessa noção de território, a promoção do desenvolvimento rural ocorre em associação ao desenvolvimento local. O local precisa ser conhecido em detalhes, reconhecido, fortalecendo o aspecto de pertencimento ao território. Tal identificação territorial conduz ao conhecimento das características positivas e negativas e possibilita a condução do desenvolvimento de modo a atender às necessidades socioeconômicas e culturais do local (SILVA, 2007).

Contudo, é facilmente observável que, embora o desenvolvimento seja territorial, ele acontece dentro de um mundo globalizado. Portanto, é impossível separar o papel da agricultura familiar e da sustentabilidade local, dos reflexos do conhecimento globalizado. Assim, afirma-se que o processo de desenvolvimento rural ocorre quando se inserem e se valorizam os conhecimentos endógenos do

homem do campo associados às técnicas exógenas trazidas pelos profissionais da área. Os mecanismos dessa nova construção de desenvolvimento requerem a ampliação dos conhecimentos por parte dos agricultores, novas habilidades e técnicas, atividades agrícolas diversificadas, inovação na economia rural, como importantes fatores que possibilitam a interconexão de lugares, para aquisição de novos saberes, para que se ampliem as fronteiras geográficas e atuem nas áreas urbanas e rurais (ALVES; GUIVANT, 2010).

2.3 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA SOCIAL

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010), o nível de desigualdade de renda no Brasil encontra-se entre as doze mais altas do mundo, embora nos últimos anos tenha havido uma melhora entre o nível de renda dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres no País (IPEA, 2010). Isso pode significar que a inclusão social almejada pelos menos favorecidos ainda se encontra distante da realidade. Enquanto se vivencia o processo de globalização de informações e novas tecnologias, ainda se presencia a privação da garantia de direitos inerentes à dignidade humana. Diante disso, incentivou-se a geração de tecnologias não voltadas ao mercado e sim às necessidades das pessoas com o objetivo de promover a inclusão social.

Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social (Rede de Tecnologia Social, 2015).

Quando essas transformações são geradas a partir de novas formas de ser, fazer, pensar, e se relacionar, afirma-se que há a inovação. Essa ocorre a partir de relações solidárias, com trocas de experiências e saberes em redes, a fim de que ocorram transformações sociais, haja a redução das desigualdades sociais. Ou seja, a inovação não se delimita às novas tecnologias de produção, mas também a uma nova forma de fazer, de pensar, de se organizar ou se reorganizar que, dentro do processo de desenvolvimento rural, resulta do entendimento de redes formadas a partir da mistura de diversos elementos sociais, técnicos, políticos, da natureza e do território (FARFUS, 2007; ALVES; GUIVANT, 2010).

Nesse caso, os diferentes atores devem aliar o conhecimento à técnica para

que se apropriem do processo inovativo. Há um novo paradigma que direciona a inovação para uma ampla abrangência bem como relaciona a tecnologia à economia e à vida social, cria ambientes de inovação e não reduz a inovação ao processo produtivo (ANDRADE, 2006).

Sendo assim, ao se inserir a questão do Desenvolvimento Rural Sustentável como resultado de ações articuladas pelas redes, a partir da inovação e das tecnologias sociais, encontra-se a noção de segurança alimentar e nutricional e seu aspecto solidário e equitativo, em que se envolvem as condições de produção e distribuição de alimentos.

Para Paulilo e Almeida (2005), o caráter solidário da Segurança Alimentar e Nutricional encaixa-se nos mercados institucionais pois, para acessar esses mercados, há a formação local de redes onde pessoas com os mesmos objetivos trabalham para o bem comum, baseados nas relações de confiança. Tais redes locais caracterizam o processo de inovação no desenvolvimento social. Dentre as estratégias de fortalecimento destas redes destacam-se as cooperações corporativas, na figura das associações e cooperativas locais, que facilitam a organização da produção, a comercialização local e o acesso a mercados institucionais.

Também, é importante salientar que os atores da sociedade civil e a estrutura de governança pública são fundamentais para a implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional, incluindo o PNAE.

No que se refere à governança, entende-se que

a prática pela qual se dá a gestão do desenvolvimento, prática na qual ocorre um processo de concertação entre atores, pela formação e solução de conflitos e assimetrias, bem como pela constituição mínima de consensos. Entende-se que esses elementos balizam a organização dos atores locais, ou seja, associações, cooperativas, ONGs, entre outras organizações da agricultura familiar (DEVES; RAMBO, 2013 *apud* MOSIMANN, 2014).

Por outro lado, salienta-se que mesmo ao se destacar o aspecto solidário e de relação de confiança entre os atores, produtores e os consumidores, no caso das Redes Curtas de Comercialização criadas para suprir as necessidades dos mercados institucionais, não se despreza o aspecto econômico e de geração de renda. Uma relação em que todos ganham, ou seja, além do cunho social, atrela-se o valor econômico da relação (HENRICHS (2003) *apud* TRICHES, 2010).

Portanto, entre os principais objetivos dos circuitos curtos de comercialização

está a promoção da autonomia do agricultor, em especial o pequeno produtor local. Tudo isso visa à diversificação da produção, aos aspectos solidários, de estreitamento de relação entre produtor e consumidor, de agregação de valor aos produtos e de ampliação dos canais de comercialização. Assim, promove-se o fortalecimento desses circuitos. Os mercados institucionais e as políticas públicas são canais que podem interferir positivamente para o alcance desses objetivos.

As inovações geradas pelos circuitos curtos de comercialização “demandam cada vez mais treinamento e informação qualificada para produtores e consumidores” e permitem diferentes formas de distribuição.

Cestas diversificadas; feiras de produtores noturnas; lojas virtuais por internet; vendas e degustação na propriedade, restaurantes com cardápios orgânicos; merenda escolar ecológica; acolhida na propriedade (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG, 2013, p. 13).

A produção familiar é a base primordial nos circuitos curtos de comercialização, pois proporciona pluriatividades tais como: investimentos em agroturismo, gastronomia, lazer, alojamentos e atividades pedagógicas, assim como a diversificação da produção, com ampla gama de produtos vegetais e animais, principalmente de acordo com os princípios do manejo agroecológico.

2.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional transforma o alimento em agente central de direitos humanos, associada às estratégias para garantia de acesso, boa qualidade e à quantidade adequada da alimentação. O resultado da integração entre a natureza que fornece o alimento e o corpo que necessita desse alimento é completo somente quando o processo de alimentação é capaz de gerar transformações nas vidas dos que estão envolvidos (VALENTE, 2003).

Dessa forma, o alimento passa a ser gerador de transformações no sistema de produção dos alimentos; não se limita ao seu papel biológico ou fisiológico, nem em discutir somente questões de nutrição ou desnutrição (PAULILO; ALMEIDA, 2005).

Dentro desse novo paradigma, é importante salientar que, em conformidade com a Lei nº 11346 de 2006, a definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a garantia do alimento de forma intermitente, com qualidade e em quantidade suficiente para promoção da saúde, pois considera a dimensão da sustentabilidade

ambiental, cultural, econômica e social. Dessa forma, as ações de SAN envolvem:

- I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água bem como a geração de emprego e redistribuição da renda;
- II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
- III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
- IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;
- V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e
- VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção (BRASIL, 2006).

Portanto, é possível alinhar a noção da sustentabilidade do conceito de SAN com as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (1993): sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Inserem-se ainda as ações que envolvem o Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania alimentar, com os objetivos do Desenvolvimento Rural Sustentável.

O conceito de soberania alimentar surgiu durante a década de 1990, como resposta dos movimentos sociais camponeses às políticas agrícolas neoliberais. Para essa pesquisa, o conceito de Soberania Alimentar que se julga como mais pertinente é o da Via Campesina Internacional⁷.

É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental (MPA, 2015).

Portanto, a Soberania Alimentar é importante para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, quando integra o conceito de todos os povos em decidir sobre o quê, e como produzir e o que consumir. Não é simplesmente não

⁷ Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar.

deixar faltar alimento para o povo matar a fome, mas são fundamentais nesse contexto, o cuidado com a forma de produção, as condições de vida e trabalho dos agricultores, em conformidade com as dimensões de sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental (PARANÁ, 2015).

A soberania alimentar está relacionada com a produção de alimentos e não é compatível com o modelo hegemônico usado para atender ao mercado internacional. Sendo assim, a soberania alimentar é responsável pela manutenção da cultura alimentar de um povo. Tem como pilar a produção agroecológica que, por sua vez, está ligada à biodiversidade, ao respeito ao homem, à natureza e às gerações futuras (LEÃO, 2013).

Assim, algumas políticas públicas têm sido utilizadas para promoção da Soberania Alimentar, dentre elas o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Nesse contexto, a alimentação escolar, como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, deve também alertar para a necessidade de reflexão sobre as práticas alimentares e sobre a origem dos alimentos.

Portanto, essa reflexão sobre a importância da Alimentação Escolar precisa de uma abordagem sistêmica que considere as complexidades biológicas, econômicas e sociais bem como as dinâmicas transformadoras que envolvem o tema da alimentação (BURLANDY, et al., 2015).

2.5 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE é reconhecido em todo o Planeta como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. O orçamento do Governo Federal para o Programa em 2015 foi de R\$ 3,8 bilhões, para o atendimento de 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos (BRASIL, 2015).

Teve início em 1955 com a criação da Campanha de Merenda Escolar (CME), através de convênios diretamente com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI). E, posteriormente, foi denominado de Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e outros organismos internacionais. O objetivo inicial dos programas de distribuição de alimentos era atender aos alunos relativamente mais

pobres da região Nordeste, por meio de doações de leite em pó, proveniente do excesso da produção americana.

Deste modo, entende-se que, na realidade, havia por trás desses programas de distribuição de alimentos a necessidade de escoar os excedentes de produção dos Estados Unidos e Canadá devido ao grande desenvolvimento agrícola ocasionado pela “Revolução Verde” (STEFANINI, 1997).

Na década de 70, o programa se caracterizava pela distribuição de alimentos industrializados, os quais representavam 52% do total de gastos com a alimentação escolar (CHAVES; BRITO, 2006). A aquisição dos alimentos ocorria de forma centralizada, portanto gerava problemas de armazenamento e distribuição, além de ser indiferente aos aspectos culturais e os hábitos alimentares locais (BARROS; TARTAGLIA, 2009).

Em 1979, o Programa de Alimentação Escolar – PAE passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. E, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental com o programa suplementar de alimentação escolar, oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, 2015).

Outro evento importante ocorreu em 1994, quando houve a descentralização dos recursos para execução do PNAE mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2015). O processo de descentralização do Programa racionalizou a logística e os custos de distribuição, proporcionou a valorização da cultura e hábitos alimentares locais e possibilitou a inclusão do pequeno produtor local neste mercado (SCHROETTER, 2011; BELIK; CHAIM, 2006).

No entanto, a partir da promulgação da Lei 11.947, em 2009, o PNAE fortaleceu seu papel como um importante promotor do desenvolvimento local, com a garantia de que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Tal percepção também pode ser evidenciada no que diz respeito ao papel referente à redução da pobreza e insegurança alimentar no campo, de incentivo à organização e associação das famílias agricultoras, na dinamização das economias locais, na ampliação da oferta de alimentos de qualidade e para a valorização da

produção familiar (FNDE, 2014).

Pode-se afirmar então que a obrigatoriedade legal transformou o PNAE em indutor de Desenvolvimento Rural Sustentável por promover o fortalecimento da agricultura familiar e a formação de Redes Curtas de Comercialização (CONSTANTY *et al*, 2013).

As Redes Curtas de Comercialização ou circuitos curtos de comercialização denotam aproximação na relação entre consumidores e produtores, não apenas de proximidade geográfica, mas na construção de uma relação social de confiança. Elas envolvem uma ligação entre consumidor e produtor, seja na escolha do produto, seja na atenção aos produtos que atendem à necessidade, gosto e expectativa daquele consumidor em especial e ainda fortalecem os processos de desenvolvimento local e a territorialização da alimentação. Dessa forma, os circuitos curtos de comercialização podem ser definidos como modos de troca e circulação de mercadorias de forma justa e solidária para ambas as partes: produtores e consumidores (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

Um dos desafios a partir daí é o de promover, a partir do PNAE, a conexão entre produtores e consumidores, de forma que essa relação possa resultar em uma identificação e valorização dos hábitos alimentares locais, dos produtos do território, não apenas como canal de comercialização, mas como recondutor de práticas alimentares mais adequadas e saudáveis, pautadas na sustentabilidade.

A complexidade dos diversos fatores agregados à formação desses circuitos curtos proporciona integrar com os aspectos relacionados à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), os quais vão não somente na contramão do modelo atual e hegemônico de produção de alimentos, mas, principalmente garantem o debate acerca das repercussões deste processo na organização social, alimentar e econômica do local (BEZERRA; SCHNEIDER, 2012). Nesses circuitos curtos de comercialização, geralmente, associa-se a produção agroecológica, pois assim envolve-se o aspecto solidário de justiça social e de respeito ao meio ambiente.

Nesse contexto, o PNAE, como uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, é uma política pública que envolve o agricultor familiar no processo de redução das desigualdades socioeconômicas, com resultados na conservação ambiental, diversidade de produção e dinâmicas do espaço rural bem como promoção da alimentação adequada e saudável.

Ao se associarem o PNAE e a agricultura familiar para a formação da

relação de confiança que deve ser solidária, é possível que se vislumbrem ações que intermediam o processo de eco desenvolvimento no aspecto da lei. Assim, conforme se verifica a partir da afirmação de Sachs (2001), na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável, que a agricultura familiar é imprescindível.

A agricultura familiar afigura-se como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tomando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcios de municípios (SACHS, 2001).

O autor também explicita que, apesar de não ser a agricultura familiar a única atividade econômica e geradora de renda desenvolvida no âmbito rural, os agricultores continuam sendo os principais atores no processo de transformação da economia rural, pois promovem mudanças voltadas às questões socioambientais e em concordância com a promoção da Segurança Alimentar (SACHS, 2001).

Como já apontado, a agricultura familiar não é simplesmente um modo de produção, mas uma forma de viver e, por isso, sobrepõe o aspecto comercial frente ao sistema capitalista e resiste à industrialização ferrenha, sendo, portanto, um dos caminhos para a superação de injustiças sociais (TURPIN, 2008).

Diante disso, na atual conjuntura, o PNAE desenvolve um papel de fortalecimento e valorização da agricultura familiar e se afirma como indutor do Desenvolvimento Rural Sustentável.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Marechal Cândido Rondon localiza-se na microrregião oeste do estado do Paraná, com área de 748,002 km² e distância de 584,52 km da capital Curitiba. Limita-se geograficamente com o município de Mercedes ao Norte, com o município de Nova Santa Rosa ao Nordeste, com Quatro Pontes e Toledo ao Leste, a Sudeste com Ouro Verde D'Oeste, ao Sul com os municípios de São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste, a Sudoeste com Entre Rios do Oeste e ao Oeste com Pato Bragado e República do Paraguai (IPARDES, 2015).

A emancipação política do município ocorreu em 1960 e, em 2015, registrou uma população estimada em 50.808 habitantes, com população censitária em 2010 de 46.819 habitantes, sendo 7672 habitantes na área rural e 39147 habitantes na

área urbana. Assim, seu grau de urbanização é de 83,61% em 2010 (IPARDES, 2015). Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano do município era 0,774, acima do Índice do Estado que é de 0,74 (IBGE, 2015).

A região apresenta clima subtropical úmido mesotérmico com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência à concentração de chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22 graus Célsius e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus Célsius. O relevo é predominantemente suave ondulado e a vegetação é subtropical, perenifólia, com solo argiloso, profundo e bem drenado (MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2015).

3.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO

A população-alvo do estudo foi composta de 30 agricultores familiares que participavam do Programa Nacional de Alimentação Escolar do município, no segundo semestre do ano de 2014 e pelas duas nutricionistas responsáveis pela execução do Programa. A pesquisa contou com análise documental dos contratos de fornecimento dos 30 agricultores, sendo 02 (dois) agricultores familiares participantes com projetos individuais e 28 organizados em associação, integrantes da Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos de Marechal Cândido Rondon – ACEMPRE. Essa é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 10 de outubro de 1992.

3.3 TIPO DE PESQUISA

Caracterizou-se a abordagem da pesquisa como quali-quantitativa, de natureza aplicada quanto aos seus resultados, de caráter exploratório e descritivo quanto aos objetivos. Optou-se pela abordagem quali-quantitativa quanto aos resultados porque, na análise qualitativa, o investigador deve ser inserido no contexto e compreender os efeitos das ações, conforme a visão dos participantes (GODOY, 1995). Ao mesmo tempo em que a abordagem quantitativa busca medir e analisar as relações de causa entre as variáveis (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006).

O estudo evidenciou uma pesquisa-ação, com levantamento bibliográfico embasado por estudo de campo. A pesquisa-ação é definida por Tripp (2005) como

“uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”.

Foram realizadas entrevistas com aplicação de questionários compostos de questões objetivas e subjetivas, aos 02 (duas) nutricionistas responsáveis pela gestão do programa de Alimentação Escolar do Município de Marechal Cândido Rondon e a todos os agricultores familiares. Havia um total de 30 famílias integrantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no Projeto de Aquisição da Agricultura Familiar do município de Marechal Cândido Rondon, para o segundo semestre de 2014, cujo alcance foi de 100% do público-alvo.

Os referidos dados foram utilizados para análise dos resultados da pesquisa realizada com as duas nutricionistas do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, aqui representadas como NUT1 e NUT2, e pelos trinta agricultores familiares participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, no segundo semestre de 2014, no município de Marechal Cândido Rondon-PR, representados pela sigla AGF, numerados a partir de 01 em diante.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DADOS BÁSICOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Inicialmente, apresentar-se-ão dados básicos do funcionamento do Programa no período de 2012 a 2014.

A Tabela 1 apresenta o número de alunos matriculados nas Instituições de ensino de acordo com a modalidade de educação. O município de Marechal Cândido Rondon apresentava a rede de ensino composta por: 17 escolas e 5 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) em 2012 e por 17 escolas e 6 Centros de Educação Infantil em 2013 e 2014. Em 2015, foi inaugurado mais um CMEI. Ressalta-se que o número de alunos matriculados está diretamente ligado ao montante de recursos investidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar municipal, pois a transferência de recursos pelo governo federal considera o censo escolar do ano anterior ao da execução, para liberação das quantias per capita, para gastos com aquisição de alimentos (BRASIL, 2015).

Verificou-se aumento no número de alunos atendidos pelo Programa entre os anos de 2012 e 2014, principalmente pela abertura de CMEI em 2013. Com isso, os recursos financeiros investidos pelo Município também foram maiores.

Tabela 2 - Número de alunos matriculados nas instituições de ensino de Marechal Cândido Rondon de 2012 a 2014.

Modalidade de Ensino	Ano Letivo		
	2012	2013	2014
Creche	620	816	814
Ensino Fundamental Básico	2514	2611	2513
Mais Educação	60	60	116
Pré-escola	670	773	737
Atendimento Educacional Especializado	0	8	24
Ensino de Jovens e adultos	99	126	172
TOTAL	3975	4407	4390

Fonte: Dos dados FNDE, tabela do autor da pesquisa.

Em Marechal Cândido Rondon, a forma de gestão dos recursos é centralizada, ou seja, a compra é realizada pela Prefeitura e distribuída às instituições de ensino. As fontes de recurso são os valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e também por recurso direto da Prefeitura. O valor repassado pelo FNDE é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino, de acordo com o que está representado na Tabela 2.

Tabela 2 - Valores repassados aos municípios pelo FNDE, por dia letivo para cada aluno.

Modalidade	Valor dia/aluno
Creches	1,00
Pré-escola	0,50
Ensino fundamental	0,30
Ensino integral	1,00
Programa Mais Educação	0,90
Atendimento Educacional Especializado	0,50
Educação de Jovens e Adultos	0,30

Fonte: Dos dados FNDE, tabela do autor da pesquisa.

É importante salientar que o PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal,

quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia [...] de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material

didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (inciso VII).

Assim, o município deve aplicar recursos próprios na aquisição dos alimentos (BRASIL, 2015). Verifica-se que o PNAE tem por objetivo contribuir para a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo. No entanto, considerando-se os valores repassados, se não houver a suplementação dos demais níveis governamentais (estadual ou municipal) torna-se inviável a oferta de alimentos que sejam adequados, com qualidade e em quantidades suficientes que atendam às diretrizes do programa.

O acompanhamento e a fiscalização do programa são exercidos pelo controle social, a partir do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), cuja constituição é condição para o recebimento dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, sendo ainda fiscalizados pelo próprio FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

A alimentação escolar, além do aspecto fisiológico e social, também desempenha função econômica com o atendimento do maior volume de distribuição de alimentos do município, considerada como a maior Unidade de Alimentação e Nutrição. Logo, é possível afirmar segundo alguns autores que a mesma surge como “o maior restaurante de um município”.

No período de 2012 a 2014, o volume de refeições distribuídas nas Instituições municipais de ensino chegou a 2546600 refeições, conforme demonstrado no gráfico 1.

Figura 7 - Número de refeições servidas por ano aos escolares de Marechal Cândido Rondon no período de 2012 a 2014.

Fonte: Dos dados FNDE, tabela do autor da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, a análise do investimento de recursos demonstrou aumento de 175,76% entre os anos de 2012 e 2014 quanto à disponibilidade de recursos pela entidade executora, no caso a Prefeitura Municipal. Tal aumento decorreu principalmente pela abertura de mais um Centro Municipal de Educação Infantil, em 2013. Enquanto isso, os recursos advindos do FNDE obtiveram aumento de 34,53%, resultante ao aumento de alunos matriculados no período. Portanto, no período de 2012 a 2014, quanto ao percentual de aplicação de

recursos com alimentação escolar, 37,17% dos recursos foram aplicados pelo município, e 62,83% pelo FNDE.

Tabela 3 - Recursos disponíveis para alimentação escolar do município de Marechal Cândido Rondon no período de 2012 a 2014.

Período (Ano)	Recurso Entidade Executora – PM (R\$)	Recurso FNDE (R\$)	Recurso total (R\$) *
2012	116.543,21	308.040,00	424.523,21
2013	211.772,44	375.672,00	587.444,44
2014	321.379,17	414.400,00	735.779,17
Totais	649.694,82	1.098.112,00	1.747.806,82

***Nota: Resultado do recurso da PM + FNDE ano atual.**

Fonte: Dos dados FNDE, tabela do autor da pesquisa.

A Lei 11.947 de 2009 apresenta que os recursos do FNDE são suplementares aos recursos aplicados pela entidade executora do PNAE. Porém, em Marechal Cândido Rondon, a demonstração dos recursos aplicados não apresenta o recurso repassado pelo ente federal como suplementar e sim como volume de recursos superior ao aplicado pelo município. No entanto, conforme o preconizado, a entidade executora aplica recursos necessários para a efetividade do programa.

4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Os atores da pesquisa são 30 agricultores responsáveis pelas propriedades e pelos Contratos de Comercialização para o PNAE municipal, através da ACEMPRE. Salienta-se que, em Marechal Cândido Rondon, há 1725 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas, registradas na página do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De acordo com esse dado, verificou-se que o número de agricultores familiares que efetivamente comercializaram para o PNAE no ano de 2014 foi pequeno, pois representavam apenas 1,74% do total.

Inicialmente, apresentam-se os dados relativos à faixa etária, conforme a Tabela 3. Nesse estudo, foram encontrados 24 agricultores na faixa etária acima de 45 anos de idade, totalizando 80% da população estudada. Ao serem subdivididos

em faixas mais específicas, 37,5% agricultores apresentaram-se na faixa etária entre 45 e 54 anos, 41,7% entre 55 e 64 anos e 20,8% acima de 65 anos de idade. Apenas seis agricultores apresentam idade inferior a 45 anos de idade.

Os resultados concordam com outros estudos realizados e demonstram a diminuição da presença de jovens no campo. Há assim uma crescente preocupação com a sucessão, já que somente 20% dos agricultores encontraram-se abaixo de 34 anos, e apenas um deles com idade de até 25 anos.

A Tabela 4 ainda revela o percentual de participação dos agricultores no Projeto de acordo com o gênero, em que 76,7% caracterizam-se como masculino e 23,3% como feminino.

Observa-se, portanto, a necessidade de fortalecimento de participação da mulher, pois é sabido, que ela tem exercido multipapéis na organização familiar e tem se destacado na gestão dos negócios e geração ou complementação de renda da família. No entanto, embora a mulher seja a protagonista na gestão e geração de renda, ainda não há o reconhecimento diante da família e da sociedade. Em geral, o homem assume tal papel, assim a renda e a direção dos negócios são computadas em favor dele.

Isso se encontra refletido nos números desta pesquisa, quando apenas 07 mulheres se conceituaram como as responsáveis pela comercialização dos produtos agrícolas ainda que, neste estudo, os estudos de campo tenham mostrado que o percentual de mulheres que desenvolvem diariamente as atividades agrícolas nas propriedades rurais é estimado em 85% (Tabela 4).

Tabela 4 - Composição dos agricultores familiares, conforme gênero e faixa etária.

Idade (anos)	Gênero	
	Masculino	Feminino
15 a 24	01	-
25 a 34	03	01
35 a 44	01	-
45 a 54	09	-
55 a 64	04	06
Acima de 65	05	-
Total	23	07

Fonte: Autor da pesquisa

De acordo com o estado civil, a maioria dos participantes é casada, os quais correspondem a 76,67%, além de 20% de solteiros e 3,23% viúvos.

Na Figura 2, caracterizou-se a composição da família dos participantes da pesquisa. Observou-se que, na composição familiar desses 30 agricultores, existe um número reduzido de membros que residem na propriedade. Observou-se que 73% das residências têm de um a três moradores e 23% possuem de quatro a cinco moradores. Apenas uma família era composta por sete membros.

Ainda, quanto aos resultados apresentados na Figura 2, verifica-se uma tendência de diminuição de membros das famílias dos agricultores e consequente diminuição das pessoas que vivem nas propriedades rurais.

Figura 8 - Classificação das famílias por número de residentes na propriedade.

Fonte: Autor da pesquisa

A redução de membros nas propriedades rurais apresentada nesta região do País ocorre por dois fatores: o primeiro é a redução do número de filhos nas famílias e o outro é a informação vinda dos próprios agricultores, de que “hoje eles têm mais condições de proporcionar o estudo dos filhos e por isso saem de casa” para estudar e trabalhar e quase sempre não voltam.

Essa ‘melhoria’ que promove a saída dos filhos para estudar demonstra, de modo especial, que os filhos dos agricultores, em geral, não permanecem na propriedade rural e não seguem a profissão da agricultura. Ao saírem de casa para estudar e trabalhar, ingressam em diversas profissões na área urbana, conforme também aponta o estudo de Carniatto (2007).

Outro fator observado foi o tempo de residência do agricultor na propriedade. Esse fator está ligado à valorização da terra, da atividade e ao local, como o sentimento de pertencimento ou territorialidade, e de conhecimento das particularidades desse ambiente.

Assim, dos trinta (30) agricultores, dez (10) são naturais de Marechal Cândido Rondon. Entre esses, sete (07) agricultores nasceram e continuam no mesmo local. Os vinte (20) agricultores restantes são provenientes de diversos municípios da região Sul do Brasil. Desses, apenas um agricultor mora há mais de 50 anos em Marechal Cândido Rondon, enquanto dezoito (18) agricultores têm residência fixa no atual local há mais de 10 anos, e somente um reside no local há

um período menor que 10 anos.

Quanto à escolaridade, conforme se apresenta na Figura 3, o maior percentual corresponde aos 33,33% classificados como alfabetizados, que sabem ler e escrever, seguidos pelos 20% que possuem ensino médio completo.

Dos trinta entrevistados, um é aluno do curso superior de Agronomia e três completaram ensino superior nas áreas de geografia, história e pedagogia, respectivamente, sendo dois do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Figura 9: Nível de Escolaridade dos agricultores fornecedores da Alimentação Escolar em Marechal Cândido Rondon.

Fonte: Autor da pesquisa

Quando se associou o fator faixa etária ao nível de escolaridade, verificou-se que os que completaram ensino superior encontram-se abaixo de 30 anos de idade. Isso pode estar relacionado à melhoria das condições financeiras familiares para investimento nos estudos.

A Tabela 5 expõe os resultados referentes ao levantamento do número de pessoas e as atividades desempenhadas pelos membros familiares, residentes nas propriedades dos trinta agricultores objeto deste estudo. O resultado apresentou total de 94 pessoas, membros dos núcleos familiares pesquisados. Dentre esses, destaca-se para este estudo que 52 pessoas declararam ter ocupação agrícola.

Ao se relacionar a faixa etária com a atividade de agricultor, verifica-se que de 94 pessoas, 80,77% dos que exercem atividade agrícola estão acima de 40 anos de idade. E, na faixa de 21 até 40 anos de idade, apenas dez membros familiares exercem atividade agrícola, dado que corresponde a 19,23% do total. E 35,71% encontram-se acima dos 60 anos de idade (Tabela 4). Novamente, esse resultado reforça a ideia de envelhecimento da população no meio rural.

Tabela 5 - Membros do núcleo familiar por faixa etária e ocupação.

Faixa etária (anos)	Membros	Ocupação					
		Sem ocupação	Estudante	Agricultor	Assalariado não agrícola	Autônomo	Aposentado
0 a 10	05	01	04				

11 a 20	10		10				
21 a 30	12	01	01	05	05		
31 a 40	11			05	05	01	
41 a 50	16			11	05		
51 a 60	19			16	01	01	01
Acima de 60	21			15	01	01	04
Total	94	02	15	52	16	03	05

Fonte: Autor da pesquisa

Em relação à posse da propriedade, tem-se que 70% dos pesquisados são proprietários da terra, seja por aquisição própria ou por herança familiar. Apenas um agricultor deixou o trabalho na cidade e arrendou parte das terras pertencentes a um tio, para produção. Os demais receberam a posse da terra por doação da família, constituindo-se em propriedade familiar.

Classificou-se ainda a terra quanto ao tamanho e observou-se que 66,67% das propriedades têm menos de 10 hectares, todavia, apenas uma propriedade encontra-se no intervalo entre 20 e 50 hectares. Portanto, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), todas as propriedades são consideradas pequenas propriedades rurais, por terem tamanho da propriedade menor que quatro módulos rurais. E, segundo os critérios do INCRA no município de Marechal Cândido Rondon esse tamanho equivale a 72 hectares.

Quanto à localização, 26 propriedades estão localizadas na área rural do município, e quatro propriedades estão na área urbana. Dentre os que habitam a área rural, indagou-se sobre a pretensão de mudança de área rural para urbana. Somente um agricultor afirmou que futuramente pretende morar com os filhos na zona urbana, pois “acredita que as limitações físicas impostas pelo envelhecimento requerem maiores cuidados”.

Conforme mostrado anteriormente, segundo Schneider (2014), a preocupação com a sucessão no campo e o envelhecimento da população rural tornam prioritárias as políticas públicas de incentivo à permanência ou ao retorno ao campo para promoção do desenvolvimento rural, com o objetivo de melhoria nas condições de vida do agricultor e valorização do território.

Outro fator importante foi classificar a forma de produção predominante em

cada propriedade. Para tanto, dividiu-se em cinco tipos de atividades agrícolas representadas na Figura 4. Como forma predominante de produção, encontraram-se as atividades agrícolas em transição da produção convencional para a orgânica, representando 30% dos agricultores. Aqueles que exercem práticas convencionais de produção com utilização de agroquímicos perfazem 27% do total de agricultores, e 20% dos agricultores já produzem alimentos certificados como orgânicos, portanto atendem aos critérios de sustentabilidade.

Figura 10 - Classificação dos agricultores familiares conforme tipo de atividade agrícola.
Fonte: Autor da pesquisa

Os dados apresentados são significativos na medida em que se inserem nas dimensões de sustentabilidade de Ignacy Sachs, citadas anteriormente. Representam a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e busca pelo alcance dos objetivos da Segurança Alimentar e Nutricional. Conforme Niederle *et al* (2013), a importância da agroecologia como forma de produção retrata a resistência e a luta do agricultor para reforçar a autonomia desse, além de geração de renda e dignidade no campo, frente às dificuldades socioeconômicas e políticas encontradas.

Assim, foi demonstrado que do grupo de agricultores fornecedores da alimentação escolar de Marechal Cândido Rondon, 66% já utilizam práticas sustentáveis, pois estão em transição ou já certificados.

A referida relação da política pública com as transformações na produção é percebida no caso dos agricultores pesquisados. E o maior interesse pela certificação de produção orgânica foi impulsionado pela atual legislação do PNAE, que estabelece prioridades de comercialização aos produtores orgânicos certificados, com a possibilidade de pagamento de valores superiores em até 30% aos dos produtos convencionais para esses produtos.

No município, o pagamento do produto orgânico já é realizado com valor 30% superior ao produto convencional. Assim, o atendimento à legislação, ou seja, a prática de preços diferenciados para os produtos orgânicos motivou a busca dos agricultores pela certificação. O empoderamento do grupo ocorreu com a certificação diante da prioridade dada aos seus produtos, e também fortaleceu as discussões sobre alimentação e saúde durante as reuniões com os agricultores.

Uma questão que merece destaque é a promoção da saúde nesse contexto, tanto do produtor que recorre a processos produtivos menos agressivos, e principalmente para o consumidor que, nesse caso, são as crianças que representam um grupo com alta vulnerabilidade e em processo de crescimento e desenvolvimento, assim o alimento orgânico torna-se mais adequado para consumo.

Esse fato é confirmado pelo depoimento do AGF2.

Desde que a nutricionista começou a pagar 30% a mais para quem tem certificado, muita gente se interessou, e também tem a preocupação com o uso do veneno que faz mal para quem planta e para os alunos. Tem que pensar na saúde também (AGF2).

No município, existem dois grupos formados pela Rede Ecovida de Certificação⁸, para certificação participativa dos produtores. Entre os produtos certificados estão uma variedade de hortaliças tais como alface, rúcula, acelga, agrião e chicória, além de frutas como banana, uva, pêssego e cereais como arroz, farinha de trigo, fubá de milho, fibras de trigo e arroz, soja, trigo, milho para pipoca, em grãos. Além disso, produtos processados como bolachas caseiras e macarrão também possuem o Selo de Certificação de Orgânicos.

O resultado é extremamente importante no que concerne à Soberania Alimentar, pois o fortalecimento da agricultura agroecológica local é uma das saídas para a crise do sistema alimentar, uma vez que tal modo de produção reforça o respeito à terra, à biodiversidade e às características próprias de cada região.

Para o fortalecimento dessa produção agroecológica no município, todos os 28 agricultores envolvidos no contrato da ACEMPRE com a Prefeitura, constantes nesse estudo, recebem assistência técnica dos profissionais do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)⁹. Enquanto dois produtores convencionais recebem assistência técnica do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER ou assistência técnica privada.

Além do PNAE, todos os 28 produtores que são associados da Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos de Marechal Cândido Rondon - ACEMPRE e comercializam seus produtos na loja da associação e supermercados locais. Isso

⁸ Rede Ecovida de Agroecologia é uma rede de promoção da agroecologia e que realiza a certificação de alimentos orgânicos denominada participativa em Rede (CPR). Disponível em www.ecovida.org.br

⁹ O CAPA juridicamente se constitui em um departamento da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC/CAPA), reconhecido como entidade filantrópica (VANDERLINDE, 2013).

corresponde a 93,33% do total pesquisado. Outros canais de comercialização em destaque são a venda direta na propriedade, praticada por 56,67%, e a venda de porta em porta praticada por 16,67% dos agricultores. Os dois agricultores que não participam da ACEMPRE produzem frutas comercializadas com os mercados locais e são os únicos que ainda fornecem para o PNAE de um município vizinho. Somente um dos agricultores participa da Feira do Produtor rural do município que funciona dois dias na semana.

Isso vem ao encontro do que afirmam Niederle *et al* (2013), quando resumem as características das pequenas propriedades, dentro dos circuitos curtos de comercialização. Os autores também reiteram que cada agricultor tem a liberdade de escolher a forma de comercialização mais adequada à sua realidade. Devem ser consideradas suas limitações, seja de mão de obra, organização da produção ou de infraestrutura.

A formação de redes curtas de comercialização com a parceria entre o Poder Público e os produtores rurais no caso do PNAE em Marechal Cândido Rondon ocorre de forma bem sucedida. É importante considerar o que afirmam Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) quando enfatizam a importância dos mercados institucionais como canal de comercialização e no incentivo à diversificação, no estreitamento das relações entre produtor e consumidor, na efetividade da lei como indutor de manejo agroecológico e na promoção do regate da autonomia dos agricultores. Portanto, enfatiza-se nesse trabalho que as Redes Curtas de Comercialização encontram na política de aquisição da alimentação escolar pelo município uma de suas maiores expressões, uma vez que toda a cadeia de produção ocorre no próprio município e seu resultado ou percentual, em especial aos produtos orgânicos, torna-se sem dúvida um dos maiores instrumentos ou indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável nos municípios do Oeste do Paraná, mas podem se constituir como indicadores para os municípios brasileiros e de todo Planeta.

Quanto aos rendimentos, na Tabela 06, os agricultores são caracterizados segundo as rendas totais mensais médias das famílias. Observaram-se as rendas em três grupos: 1) renda total da família (somada todas as fontes de renda); 2) renda proveniente da produção da agricultura familiar; e 3) renda referente à comercialização de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Tabela 6: Caracterização das famílias segundo a renda média mensal.

Valor renda Média	Renda Mensal Média Familiar Total		Renda Mensal Média da Agricultura Familiar		Renda Mensal Média de Venda para Alimentação Escolar	
Menos de 01 salário mínimo	--	--	3 agricultores	10%	11 agricultores	37%
1 salário mínimo	--	--	7 agricultores	23%	12 agricultores	40%
De 02 a 03 salários mínimos	14 agricultores	47%	10 agricultores	33%	7 agricultores	23%
De 04 a 05 salários mínimos	12 agricultores	40%	7 agricultores	23%	--	--
De 06 a 10 salários mínimos	3 agricultores	10%	2 agricultores	7%	--	--
Acima de 10 salários mínimos	1 agricultor	3%	1 agricultor	3%	--	--

Fonte: Autor da pesquisa

Verificou-se que a maioria das famílias pesquisadas, correspondente a 47% do total, tem renda mensal total na faixa entre dois e três salários mínimos, considerando-se todas as fontes de renda dos moradores da propriedade. E apenas uma família tem renda total superior a dez salários mínimos.

Quanto à análise da geração de renda proveniente da produção e comercialização da agricultura familiar, os dados mostram que, dos 30 agricultores familiares pesquisados, 33% possuem rendimentos de 2 a 3 salários mínimos. Sabe-se também que 7% das famílias apresentam renda entre 6 e 10 salários mínimos. Deste grupo, enfatiza-se a agroindustrialização para agregação de valor na comercialização e eleva-se o valor do produto processado em comparação aos produtos *in natura*.

Esse processo de agregação de valor ao produto é de fundamental importância para os pequenos produtores nos circuitos ou ainda, nas Redes Curtas de Comercialização, com o “aumento da potencialidade dos serviços” bem como a agregação de renda e mão de obra (DEDIEU *et al*, 1999, *apud* NIEDERLE *e al*, 2013).

Em relação à comercialização da agricultura familiar para o PNAE, verificou-se que a renda adquirida por 77% dos agricultores está na faixa de até um salário

mínimo. O máximo de renda gerado por esse canal de comercialização está entre 2 e 3 salários mínimos para 23% dos agricultores pesquisados.

Ressalta-se que o patamar máximo de comercialização pode gerar de 2 a 3 salários mínimos e é limitado pela legislação que preconiza a aquisição de no máximo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano, para cada Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), participante do contrato. Enfatiza-se também que, durante a pesquisa, os agricultores que também comercializam produtos processados pautaram a necessidade de mudança na legislação porque teriam condições de fornecer acima desse limite estipulado o qual, muitas vezes, não é alcançado pela maioria dos demais agricultores.

Realizou-se também a análise da representatividade da renda gerada a partir da agricultura familiar em relação à renda total dos agricultores. Destacou-se que para 43% dos pesquisados, a renda total da família é proveniente exclusivamente de atividades da agricultura familiar (Figura 5).

Enquanto isso, a análise da renda gerada pela participação do PNAE em relação à renda total da família encontrou que, para 12 famílias, a comercialização para o Programa é responsável por 30% do orçamento familiar.

Verifica-se, portanto, que o PNAE é reconhecidamente um importante canal de comercialização para o agricultor familiar. Conforme afirma Balestrin (2014) em sua análise sobre agricultura familiar e alimentação escolar no município de Capitão Leônidas Marques-PR, não se pode afirmar que o Programa é capaz de mudar a vida das pessoas. Todavia, é um importante canal de comercialização, um lugar a mais para vender os produtos e é relacionado pelos produtores como garantia de venda dos seus produtos. Essa característica é apresentada como um dos pontos fortes do Programa.

Figura 11: Representatividade da renda gerada pelo Programa de Alimentação Escolar em relação à renda total das famílias.

Fonte: Autor da pesquisa

Em seguida, na Figura 6, demonstra-se que o PNAE representa 30% da renda gerada pela agricultura familiar para 43,33% das famílias envolvidas com o Programa. Enquanto 10% caracteriza-se como o percentual mínimo de representatividade para as três famílias pesquisadas.

Figura 12: Representatividade da renda gerada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em relação à renda da agricultura familiar.

Fonte: Autor da pesquisa

4.3 O PAPEL DOS ATORES SOCIAIS

Diante da importância do PNAE para a agricultura familiar local, entre as ações de fortalecimento e valorização, foi fundamental trabalhar com todos os atores sociais envolvidos.

Durante a pesquisa pode-se verificar a formação de relações de confiança entre os diferentes atores. Dentre as ações com o objetivo de promover inclusão social e melhoria de qualidade de vida dos agricultores, há inicialmente as instruções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para o correto

funcionamento do Programa. Em Marechal Cândido Rondon, foram firmadas parcerias, e o trabalho em equipe com os técnicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) melhorou os resultados de aquisição, diversificação e motivação na produção. Hoje os agricultores também participam do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nessa análise, percebe-se que a execução da Lei depende de um trabalho integrado entre os diversos atores sociais envolvidos. É fundamental o papel de protagonista dos produtores rurais, nutricionistas e cozinheiras das Instituições de Ensino e isso pode ser verificado na fala da NUT1 a seguir:

além das questões com as cozinheiras na parte gastronômica, realizou-se também um trabalho voltado à ampliação da visão sobre a agricultura familiar, resgate de alimentos que já não constavam na lista de compras da chamada pública, como jabuticaba, carambola, cará, inhame, entre outros. Também, a importância dessas profissionais no processo de melhoria de qualidade de vida dos agricultores, de cuidado com o meio ambiente no qual fazem parte e no resultado direto no desenvolvimento local (NUT1)

Observa-se então, que é necessário o empoderamento do ator social que, muitas vezes, desconhece seu papel como indutor de desenvolvimento rural. Esse processo de inovação a partir da tomada de conhecimento e do compromisso de mudança gera transformações positivas e os resultados aparecem progressivamente.

Essa foi uma das estratégias utilizadas pelas nutricionistas que realizaram encontros de formação técnica com as cozinheiras. Abordaram temas como sustentabilidade, alimentos orgânicos, desenvolvimento local, promoção da saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. Houve o estreitamento das relações entre os agricultores e as cozinheiras com o objetivo de inseri-las no processo de compra e educação alimentar e nutricional.

Assim, ao serem compreendidos todos os aspectos envolvidos no PNAE, as cozinheiras perceberam a importância que elas representam nesse contexto e puderam resgatar o sentimento de valorização do local e do rural com a alimentação escolar.

Tais questões demonstram a importância do papel dos diversos atores sociais envolvidos. Nesse caso, os nutricionistas, as cozinheiras e os agricultores são os propulsores que tornam possível ou não a efetivação da lei. As ações desses profissionais e a forma como direcionam as questões desde a produção até o consumo determinam os resultados e impulsionam ou não as mudanças

necessárias.

Na proposta de política intersetorial, o nutricionista destaca-se com um papel central da política pública, o qual planeja e executa o programa que associa a produção ao consumo, como forma de promover melhoria de qualidade de vida, tanto para os agricultores quanto principalmente para os alunos (TRICHES, 2012).

Durante a pesquisa buscou-se conhecer como o agricultor familiar (AGF) percebe seu papel dentro do PNAE, diante do desafio de uma ação intersetorial e de diversos atores. Para tanto, analisaram-se os depoimentos dos próprios produtores rurais que, ao serem perguntados sobre a importância da agricultura familiar para a alimentação escolar, citam:

Com certeza nossos produtos são importantes porque dá uma alimentação boa, sustenta, é nutritiva e ainda é orgânico (AGF3).

Acho que nossos produtos são importantes porque são saudáveis, limpos, higiênicos e feitos com carinho, respeito e amor (AGF4).

Acho que é muito boa a alimentação das nossas crianças. Meu netinho tá indo na escola e já sabe que a gente leva lá para as crianças comerem na merenda. Daí um dia ele chegou dizendo: “vó eu comi o seu moranguinho na escola e falei pra todo mundo que minha vó e meu vô que tinha feito (AGF6).

Quando se utiliza um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do desenvolvimento local, verifica-se a potencialidade de não somente gerar renda, mas de promover transformações que vêm de baixo para cima, de inclusão social.

Esse processo inovador da política pública, a partir de Redes Curtas de Comercialização organizadas, promove a inclusão dos pequenos produtores no mercado e também busca a diminuição da desigualdade social (ALMEIDA *et al*, 2013).

Destaca-se que, no âmbito do PNAE, conforme discutido anteriormente, a descentralização trouxe importantes avanços na gestão do programa. Também aproximou a produção do consumo, permitiu a inclusão de produtos da agricultura familiar local e conferiu maior autonomia aos agricultores familiares no que diz respeito às decisões e ações, relativas ao processo de aquisição para este mercado institucional.

Nesse sentido, conforme frisa o AGF3, a importância da alimentação escolar reforça a ideia de valorização pessoal do produtor, de construção de relações que vão

além das motivações econômicas, do papel de incentivador da melhoria da qualidade de vida do agricultor e valorização por fazer parte de uma associação, com os mesmos fins.

Eu já participo da associação desde a fundação e da alimentação escolar desde que o município começou a comprar. Mas, em 2012, quando a esposa faleceu quase desisti de tudo. Não queria mais nada, não tinha vontade. Daí a minha filha voltou da cidade para morar no interior, com o genro e os dois netos. Me ajudou e começou a fazer o macarrão. Hoje, além de macarrão, a gente fornece pão, bolachas, temos até uma panificadora pequena em casa. Compramos os equipamentos e um carro para as entregas e já temos produtos certificados como orgânicos (...). Mudou muito a vida da gente. Mudou muito mesmo nesses últimos tempos. Ver uma coisa que era feita numa garagem, no fundinho e ver o que é hoje, a gente se sente importante. Que pode investir o dinheiro do nosso trabalho para mudar a vida para melhor (AGF3).

Embora nem todos os agricultores tenham a percepção e o conhecimento amplo sobre o PNAE, o programa pode propiciar educação, emancipação, diversificação da produção e da comercialização (CONSTANTY *et al*, 2013). O AGF4 confirma a teoria ao discorrer sobre a importância da alimentação escolar.

Antes eu não vivia, não conhecia nada, não saía de casa, tinha medo até de falar com as pessoas. Agora, além de ter um dinheirinho, tenho uma vida, saio de casa. Comecei a plantar batata doce, mandioca, cará e inhame para vender. Essas coisas eu achava que ninguém comprava, nem sabia que podia vender. Essas coisas antes a gente comia e o que sobrava dava para os porcos. Daí quando vi que as nutricionistas compram, fiquei feliz, e estou tentando produzir mais (AGF4).

Tal como exposto anteriormente, os depoimentos dos agricultores reforçam a característica do PNAE como promotor de Soberania Alimentar. Nesse caso, o agricultor tem autonomia para decidir o que e como produzir. Além disso, percebeu-se que a relação ultrapassa os sentimentos de confiança, torna o agricultor um profissional que busca ocupar seu espaço e melhorar sua qualidade de vida.

Hoje meu filho saiu do emprego da cidade e veio me ajudar. A gente se preparou e começou a vender na prefeitura, para alimentação das escolas. Nossa vida mudou totalmente e nossa renda vem grande parte de lá. Tá todo mundo envolvido. A gente participa das feiras nas escolas, dos eventos; meu filho é do Conselho de Segurança Alimentar e eu agora sou até presidente da associação. A vida mudou muito, tem muito trabalho, mas a gente não se arrepende porque mudou pra melhor, com mais qualidade de vida (AGF2).

A gente ganha bem com a merenda, aí a gente dá prioridade para entregar lá. Pena que não dá pra trazer mais porque só pode vinte mil por ano, porque se pudesse a gente trazia muito mais (AGF8).

É importante enfatizar também a limitação da aquisição de alimentos agroindustrializados no município. Neste sentido, os resultados encontrados confirmam o que apresentam diversos estudos sobre as dificuldades das agroindústrias familiares para sua consolidação. E a exigência de atendimento às normas sanitárias vigentes é uma das principais delas.

No caso de Marechal Cândido Rondon, a aquisição de produtos agroprocessados, principalmente de origem animal, não ocorre porque o município não tem o Sistema de Inspeção Municipal – SIM implementado. Além disso, alguns produtos precisam do registro no Ministério da Saúde, como é o caso de produtos de origem animal, os quais exigem do produtor investimento financeiro que pode tornar inviável a sua produção.

As questões de formalização e atendimento às normas sanitárias e de saúde são analisadas por Triches (2012) como barreiras que limitam a participação dos agricultores. Em sua pesquisa na cidade de Rolante-RS, o depoimento de um agricultor separa em fortes e fracos aqueles que conseguem se adequar a essas legislações, por terem condições financeiras e os que não têm condições de investir na estrutura. Isso põe em discussão as normas exigidas pela legislação que se aplicam a grandes ou pequenos produtores, no caso de estrutura e de impostos sobre os produtos.

Para Froehlich (2010), em pesquisa realizada nos municípios de Dois Irmãos e Tapes no Rio Grande do Sul, a adequação à legislação também foi apresentada como principal fator limitante para aquisição, na opinião dos agricultores, gestores e mediadores do Programa.

Para a NUT2, as restrições resultantes da não legalização e do não atendimento das normas sanitárias pelos agricultores são um dos entraves na compra do produtor familiar. Isso impede a aquisição de alguns tipos de alimentos como a polpa de frutas, doces e outros produtos agroindustrializados. A questão da profissionalização e aceitação de novos parâmetros a serem seguidos, para atendimento da legislação sanitária vigente, é um processo natural para alguns, mas para outros torna-se uma barreira para continuar no Programa.

Tive que arrendar parte da terra para plantio de soja e milho e quase desisti de produzir. Quase arranquei toda a acerola e a uva para arrendar. Para montar a agroindústria tem muita burocracia, e tem que gastar dinheiro, ainda não sei se vale a pena investir. Também só com a merenda escolar

ficou uma quantidade pequena. Antes tinham o PAA e a PROVOPAR e vendia em torno de três mil quilos de polpa por mês, agora vende pouco (AGF5)

Enfim, todos os resultados reforçam que a participação dos atores sociais pode assegurar que as políticas e programas apresentem respostas direcionadas às suas necessidades. Isso confere um elevado grau de legitimidade e governança mais eficaz às Políticas Públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa, foi possível analisar o papel do PNAE como promotor de Desenvolvimento Rural Sustentável considerando-o como instrumento de Soberania Alimentar no município de Marechal Cândido Rondon, PR.

Como resultados de luta e reivindicação social, o PNAE é regulado por uma Legislação que prioriza os agricultores familiares, facilita o comércio com a dispensa de licitação, que obriga um percentual mínimo de compra e prioriza a aquisição de alimentos orgânicos ou agroecológicos certificados. Além disso, possibilita a valorização dessa forma de produção, com valores superiores aos praticados com produtos convencionais. Tais fatores tornam o PNAE fundamental para que a agricultura familiar assumira novo patamar diante do desenvolvimento sustentável.

O enfoque apresentado demonstrou que o desafio dos gestores na execução do Programa de Alimentação Escolar ultrapassa o atendimento das diretrizes regulamentadas pela Lei 11947/2009. A partir das ações realizadas, o nutricionista reforça seu papel de agente social. Além disso, percebe-se com clareza que um trabalho intersetorial, voltado para o bem-estar de todos os envolvidos, pode superar os entraves encontrados nas Políticas Públicas e promover melhoria de qualidade de vida.

O empoderamento dos diferentes atores sociais, protagonistas do Programa, os leva a criar estratégias para o fortalecimento do seu papel inovador. A reflexão sobre a Soberania alimentar associa o sistema produtivo à dimensão nutricional. É impossível pensar na promoção da saúde sem contemplar os modos de produção e as práticas alimentares contemporâneas. Os danos econômicos, sociais e ambientais causados pelo modelo agroexportador devem ser combatidos.

O nutricionista é capaz de assumir papel fundamental nesse processo quando reconhece a importância da compra do pequeno produtor, a qual fortalece os circuitos curtos de comercialização e prioriza a aquisição de produtos de base

agroecológica de produção.

A capacitação dos diversos segmentos envolvidos deve ser realizada a partir da formação técnica para toda a comunidade escolar, principalmente para as cozinheiras. Essas devem reconhecer que a alimentação, além do valor nutricional do alimento, tem importante papel de indutor de desenvolvimento local e de inclusão social do agricultor. Saber reconhecer a importância do seu trabalho para a melhoria das condições locais de vida, dos produtores e dos alunos.

O papel do agricultor no PNAE é exercido pela Soberania Alimentar dentro da dimensão de produção de alimentos. E é alcançado quando ele toma para si o direito de decidir sobre a produção e tem a possibilidade de ampliar os canais de comercialização. Quando o trabalho do agricultor produz alimentos seguros, saudáveis e culturalmente adequados, preserva-se a diversidade ambiental e cultural, sobretudo quando suas ações reconstróem a relação de solidariedade entre o ser humano, a natureza e as gerações futuras.

Neste estudo, apresenta-se o sentido de inovação no conceito e compreensão de sustentabilidade, mostrando que a agricultura familiar deve deixar de ser vista como um sinal de atraso ou fracasso frente à modernização da agricultura patronal. Essa promove o entendimento de que ser sustentável é valorizar a vida, é promover saúde, é respeitar a dignidade humana.

A proposta pretende que o agricultor familiar amplie sua visão sobre a soberania alimentar, ultrapasse as dimensões do direito de decidir sobre sua produção e a possibilidade de ampliar os canais de comercialização. Assim, se reconhece a necessidade do elevado nível de comprometimento e sentimento de pertencimento ao seu território. Sempre no intuito de reforçar uma nova postura ética e sustentável, a fim de que se impulsionem ações promotoras de Desenvolvimento Rural Sustentável no município.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; PAULILLO, Luiz Fernando; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, 2013.

ALVES, Adilson F; GUIVANT. Julia. S. Redes e Interconexões. Desafios para construção da Agricultura Sustentável. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. v. 7. n. 1. 2010. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ANDRADE, Thales Novaes. Aspectos sociais e tecnológicos das atividades de inovação. **Lua Nova**, v. 66, n. 66, p. 139-166, 2006

BALESTRIN, Élister Lílian Brum. **As estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques**. 2014. 151p. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 14, n. 1, 2009.

BEZERRA, Islândia; SCHNEIDER, Sérgio. **Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer**. Revista Faz Ciência, v. 14, p. 1-20, 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 15 agosto 2015.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 15 agosto 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2014. Disponível em: www.mda.gov.br/pndrсс/principal.pdf. Acesso em: 15 agosto 2015.

_____. Resolução CD/FNDE N°26/2013: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em: 128 <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 18 jul. 2015.

BURLANDY, Luciene et al. Saúde e Sustentabilidade: desafios conceituais e alternativas metodológicas para a análise de sistemas locais de Segurança Alimentar e Nutricional. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 55-70, 2015.

CARNIATTO, Irene. **Subsídios para um processo de gestão de recursos Hídricos e educação ambiental nas sub-bacias xaxim e Santa rosa, bacia hidrográfica Paraná III**. 2007. 278p. (Tese) Doutorado em Ciências Florestais. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. CURITIBA, 2007.

CHAVES, L. G.; BRITO, R. R. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. 88 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf> Acesso em: 29 jul.2014.

CONSTANTY, Hadrien François Pierre-henri; ZONIN, Wilson João; GREGOLIN, Marcos Roberto; NOGUEIRA, Jaciara Reis. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso de Marechal Cândido Rondon**. Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, V. 2, 2013. Disponível em: <http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/pnaetrabalhoconstanty.pdf>. Acesso em: 03 fev., 2016.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10, n. 2, junho de 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 20 jan., 2016.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar no âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025**. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/alimentacion-escolar/pt/>. Acesso em: 11/10/2015.

FARFUS, Daniele; ROCHA, MC de S. **Inovação Social: um conceito em construção**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS)**. 2010. 152p. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento rural. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35. n. 2, Mar./Abr.1995a. p. 57-62.

IBGE. **Cidades**. 2015. Disponível em:

[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411460&search=parana|marechal-candido-rondon)

[lang=&codmun=411460&search=parana|marechal-candido-rondon](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411460&search=parana|marechal-candido-rondon) . Acesso em: 20 Mar. 2015

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Marechal Cândido Rondon**, 2015.

Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/index.php?](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)

[pg_conteudo=1&cod_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30). Acesso em: 12 de nov. 2015.

LAMIM-GUEDES, V. Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, p. 223-238, 2012.

LEÃO, MARÍLIA. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Prefeitura Municipal. **Prestação de Contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PR**. Dados obtidos da Secretaria Municipal de Educação. Setembro 2015. Prefeitura Municipal. Documentos.

MOSIMANN, Eloyza Nezello. **Agricultura familiar e alimentação escolar nas encostas da serra geral de Santa Catarina: desafios e potencialidades**. 2014. 212 p. (Dissertação) Mestrado em Agroecossistemas. Programa de pós-graduação em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Soberania**. Disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/soberania>. Acessado em: 15 de novembro de 2015.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NIEDERLE, Paulo A.; Almeida L.; Vezzani, Fabiane M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba. Kairós, 2013.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em:

<http://www.consea.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550>.

Acessado em: 12/11/2015.

_____. **Referencial teórico e metodológico para implantação da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios a experiência do Paraná**. Disponível em:

http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/ref_teorico.pdf. Acesso em: 12/11/2015.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALMEIDA, Luiz Manoel. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 12, n. 1, p. 26-44, 2005.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <http://rts.ibict.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>. Acesso em: 08/11/2015.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências da Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-36, 2013.

SCHNEIDER, Mauri J. **A Participação da Agricultura Familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal-Paraná**. 2014. 100p. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento rural sustentável. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Centro de Ciências Agrárias. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

SCHRÖETTER, Magnus R; BÜTTENBENDER, Pedro L. **A agricultura familiar e o consumo de alimentos na merenda escolar - o caso da região fronteira noroeste**. SANTA ROSA – RS: UNIJUI, 2011. Disponível em: <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar>. Acesso em: 16 de jun., 2014.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, 2013.

SILVA, Nardel L.S. da. **Estudo da sustentabilidade e de indicadores de desenvolvimento rural**. 2007. 271p (Tese) Doutorado em Agronomia. Programa pós-graduação em Agronomia. Universidade Estadual de Maringá, 2007.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 1997. 152p. (Tese) Doutorado em Nutrição. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Nutrição. Universidade de São Paulo, 1997.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, v. 26, 2006.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2012.297p. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Rural. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

TURPIN, M. E. **A Alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia da segurança alimentar**. 2008. 159p. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento econômico. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento econômico. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

VANDERLINDE, Tarcísio. CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no Sul do Brasil. **Estudos Teológicos**, v. 46, n. 2, p. 143-162, 2013.

ARTIGO 2

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Jaciara Reis Nogueira Garcia¹
Irene Carniatto²
Adriana Maria De Grandi³

Resumo

O presente artigo apresenta uma pesquisa exploratória com o objetivo de demonstrar de que forma o Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ser utilizado como instrumento de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), portanto, se alinha às premissas do Desenvolvimento Rural Sustentável. A pesquisa apresenta os resultados das ações desenvolvidas na execução do PNAE no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná. O gestor da Secretaria Municipal de Educação, nutricionistas da Alimentação Escolar, gestores de escolas, professores e cozinheiras das escolas e Centros de Educação Infantil foram protagonistas do estudo. Observou-se que a aplicação das diretrizes e a busca pelo cumprimento dos objetivos do PNAE aliados à compreensão dos gestores municipais em relação à alimentação saudável e à importância da alimentação para saúde e formação dos alunos podem ampliar a visão e o conhecimento dos envolvidos com a questão, e promover transformações de cunho social. Assim, tornam-se instrumentos de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Alimentação Saudável; Agroecologia.

Abstract

This is an exploratory research that aims at demonstrating how the National School Feeding Program can be used as a collateral instrument of Human Right to Adequate Food (HRAF) and thus aligning with the premises of sustainable rural development. This research presents the results of actions undertaken during PNAE implementation in Marechal Cândido Rondon city, Paraná. The manager of the Municipal Department of Education, School Feeding nutritionists, school managers, teachers and cooks of those schools and early childhood education centers were protagonists of the study. It was observed that the guidelines application and the search for fulfilling PNAE goals, combined with the understanding of municipal managers concerning healthy nourishment and the importance of nutrition for health and students' education may broaden vision and knowledge of those involved in this issue as well as foment social transformations. Thus, this can become promotional tools of Human Right to Adequate Food and Sustainable Rural Development.

Keyword: Food and Nutrition Security; healthy nourishment; Agroecology.

1 INTRODUÇÃO

Para Josué de Castro (1946), a vitória contra a fome constituía um desafio àquela geração. Percebe-se que mesmo com o crescimento econômico, as inovações tecnológicas, o avanço científico, a luta contra a fome e a miséria continuam afligindo um enorme número de pessoas.

Face inversa da alimentação, a fome está presente na realidade dos seres

humanos marginalizados pelo sistema econômico, e apresenta-se como um problema perceptível pelos indivíduos em situação de vulnerabilidade (VIEIRA, 2014).

Sabe-se que a fome e a insegurança alimentar são problemas antigos na realidade mundial e brasileira e estão associados principalmente à pobreza, à falta de educação alimentar e de políticas públicas que sejam efetivas para a resolução daqueles. Com o objetivo de minimizar seus efeitos, várias tentativas foram realizadas para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2011).

Um dos fatos mais importantes dessa caminhada no Brasil ocorreu com o processo de institucionalização da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006. Essa Lei criou o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e assegurou o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como direito humano fundamental. No enfoque que a LOSAN apresenta, a segurança alimentar engloba uma série de questões, dentre elas o acesso à terra e à água, o fomento à agricultura familiar, a recuperação da capacidade reguladora do Estado e a ampliação de ações estruturantes e emancipatórias (BRASIL, 2006).

Assim, afirma-se que a SAN tem ações voltadas tanto para as questões de produção como para a disponibilidade de alimentos. Ela também concretiza a dimensão alimentar e a utilização biológica do alimento na dimensão nutricional. Nesse artigo, serão enfatizados os aspectos do Desenvolvimento Rural Sustentável que estão interligados ao Direito Humano à Alimentação Adequada, considerando-se o respeito ao ser humano. Nessa perspectiva, também serão considerados o direito de acesso, qualidade e regularidade dos alimentos e o papel dos diversos atores sociais envolvidos no processo de escolha, preparo e consumo alimentar e o papel da alimentação como ato político e promotor da saúde (BURITY *et al*, 2010).

Assim, nesta pesquisa, objetivou-se analisar a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento utilizado para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e verificar de que forma a efetivação da legislação do PNAE pode promover o Desenvolvimento Rural na rede municipal de ensino do município de Marechal Cândido Rondon, Paraná. Não somente isso, esta pesquisa também busca saber se o Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ser utilizado como estratégia para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

É extremamente importante reconhecer que a luta pela preservação do meio ambiente contra o aquecimento global, a poluição do ar e da água, a destruição das florestas e a extinção de espécies são grandes desafios em favor da preservação do homem.

E foi com o objetivo de despertar a consciência de que a responsabilidade é de todos e de cada um que, em 1987, o chamado Relatório Brundtland ou "Nosso Futuro Comum" definiu como desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas necessidades.

Para Boff (1999), é extremamente importante despertar nas pessoas o sentimento de cuidado. Cuidar de si, cuidar do outro, cuidar do mundo. O sentimento de ser parte, de estar inserido e de responsabilidade com o que se tem hoje e com o que ficará para aqueles que virão. Quais exemplos estão sendo deixados? Essa seria a "ética do cuidado", que passa principalmente pelo sentimento de cuidado. Assim,

tudo começa com o sentimento. É o sentimento que nos faz sensíveis ao que está à nossa volta, que nos faz desgostar. É o sentimento que nos une às coisas e nos envolvem com as pessoas (BOFF, 1999).

Portanto, quando se ultrapassam os limites da preservação da natureza, busca-se alcançar o desenvolvimento gerador do sentimento de cidadania, de pertencimento ao universo, de agente capaz de transformar realidades e fazer escolhas conscientes que visem ao bem-estar social individual e coletivo. Dentro dessa percepção, o ser humano é colocado com a função de agente promotor e receptor dessas melhorias. Para a SEN (2010), é necessário um desenvolvimento includente, que respeite a dignidade humana e seja capaz de suprir suas necessidades. Não apenas voltado a meros cálculos numéricos, baseados no Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação. Mas, aquele que promove ações voltadas à redução das desigualdades sociais.

Vivemos [...] em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com os antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas,

fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social (SEN, 2010).

Portanto, é importante salientar que o Desenvolvimento Sustentável não se resume ao crescimento econômico a qualquer custo, desprezado dos resultados que isso provoca na vida da sociedade.

Nesse enfoque, para quem se deve pensar o desenvolvimento? Quem são os protagonistas dessas ações de preservação da vida? Quais políticas Públicas são promotoras da redução das desigualdades? Quais os direitos e deveres de cada um?

Esse trabalho apresenta que a Política Pública de Alimentação Escolar busca promover um direito fundamental de todos. O direito à alimentação é um direito primordial para a realização de outros direitos.

2.2 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

É com base no aspecto de cuidado, da valorização da vida, da dignidade humana, na luta pela garantia dos seus direitos que há um entrelaçamento entre DRS e DHAA.

A trajetória da luta contra a fome vem sendo construída ao longo da história. Sabe-se que após a 1ª Guerra Mundial a preocupação com a questão da fome e do acesso ao alimento surgiu com o sentido de Segurança Nacional. Até os anos 30, os problemas de abastecimento de alimentos estavam associados à questão da oferta para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles (BELIK, SILVA; TAKAGI, 2001).

Porém, após a Segunda Guerra, quando a Europa estava destruída e sem condições de produzir o seu próprio alimento, a busca pela segurança alimentar toma força e surge como um problema de indisponibilidade de alimentos. A fome e a miséria chegavam a níveis alarmantes, principalmente nos países chamados subdesenvolvidos. Várias ações de combate à fome foram instituídas a fim de que fossem minimizados os resultados desastrosos desse quadro, principalmente com o envio do excedente da produção dos países ricos aos países menos desenvolvidos.

Nesse contexto, em 1945, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento dos países. Em 1948, a ONU instituiu os Direitos Humanos que são definidos como inerentes à dignidade do ser humano e que lhe asseguram proteção contra ações que ferem a liberdade básica. Fazem parte deste contexto os direitos à vida, ao trabalho, à educação, à saúde. Até hoje, tais direitos devem ser garantidos independente de sexo, cor, raça, religião, com o objetivo de promover melhores condições de vida à população (ONU, 2015).

Em 1948, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E teve a definição ampliada no artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966 (CONTI, 2010). A grande contribuição da declaração foi inserir a proposta de que, para a efetivação dos direitos, seria necessária a inclusão das questões sociais, econômicas, civis e políticas, as quais foram essenciais para a identificação dessas, enquanto direitos vinculados às liberdades fundamentais e à dignidade humana. Nessa perspectiva, o direito à alimentação foi apresentado como um direito do homem de estar livre da fome.

No Brasil, à época, Castro (1952), em sua obra *Geografia da Fome*, alertou para a questão de que a problemática da fome não estava ligada às questões climáticas, ou de produção insuficiente de alimentos, mas sim à grande desigualdade social que impedia o acesso ao alimento por grande parte da população. Tratava-se de um problema de ordem social e política, um fenômeno resultante da desigualdade social, da distribuição inadequada de renda, a qual submetia o povo à miséria. Portanto, a garantia da alimentação dependeria das políticas públicas de acesso à terra e à renda. Tornou-se enfática a declaração de Josué de Castro, em sua obra *A Geografia da Fome*, ao afirmar que “a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração” (CASTRO, 1946).

Assim, a partir das ideias desse autor, foram iniciados a discussão sobre a fome na pauta das questões políticas e um movimento para o resgate da cidadania da população que sofria os efeitos da escassez de alimentos (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

Portanto, afirma-se que, no Brasil, a fome assumiu caráter político antes do aspecto científico (COUTINHO; LUCATELLI, 2006). Devido a isso, as discussões sobre a fome tiveram um papel importante para a instituição do salário mínimo e da

cesta básica, composta por doze alimentos (BATISTA FILHO, 2003).

Porém, embora as discussões acerca da fome estivessem ligadas às desigualdades sociais e à falta de condição de acesso ao alimento, as políticas e ações direcionadas à solução do problema foram relacionadas à questão da disponibilidade de alimentos, e o foco dessas soluções foi centralizado no produto e não no ser humano. Assim, idealizou-se que o aumento da produção de alimentos seria suficiente para equacionar o problema.

Surgiu a ideia de que a solução para a insegurança alimentar, nos países pobres, seria aumentar a produção de alimentos e para isso seria importante aumentar a produtividade. A partir daí, na década de 70, houve intensificação da denominada Revolução Verde, com objetivo de aumentar a produção de alimentos e promover o armazenamento. Foi fundamentada no uso de sementes de elevado rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação, mecanização, associado ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos (BURITY *et al*, 2010).

Porém, observou-se que, apesar do aumento na produção, a Revolução Verde não garantiu o acesso de alimentos aos menos favorecidos, pelo contrário, agravou ainda mais a exclusão social, a fome e suas consequências. Na década seguinte, houve maior agravamento do problema e o excesso da produção de alimentos promoveu a produção de alimentos industrializados (BURITY *et al*, 2010). Com isso, o aspecto cultural da alimentação foi substituído por modelos considerados como alimentação de qualidade, já que o principal introdutor dessas ideias no mundo eram os Estados Unidos da América, sinônimo de poder e de desenvolvimento.

Porém, a luta pelo controle social, político e principalmente econômico sempre direcionou as ações e políticas voltadas para a alimentação foi exatamente. O aumento da desigualdade social e a exclusão do pequeno produtor rural foram algumas das consequências mais negativas das mudanças estruturais ocorridas no setor agrícola, com grande diferença nas condições de produção em relação aos grandes produtores e ao aumento do desemprego com consequente aumento da pobreza no meio rural (CHONCHOL, 2005).

Diante desse agravamento, tornaram-se cada vez mais necessárias as ações de combate à fome, com o entendimento de que o principal aspecto envolvido era a condição de acesso ao alimento e à terra pela população menos favorecida.

Assim, em 1999, o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada foi incluído pelo Comentário Geral da ONU N° 12 (Conteúdo normativo do artigo 11, parágrafos 1 e 2), o qual estabeleceu que

o direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos (ONU, 1999).

Assim, considera-se que o processo de implantação do Direito Humano à Alimentação Adequada pode ser dividido em três fases principais, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Fases de implantação dos Direitos Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

PERÍODO	FASES	ABRANGÊNCIA
1940 a 1960	1ª fase ARTICULAÇÃO E ADOÇÃO	Adoção dos direitos humanos e do Direito Humano à Alimentação Adequada no direito nacional e internacional (formalização).
1970 a 1980	2ª fase RATIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ABORDAGEM E CONTEÚDO	A ampliação da abordagem e do conteúdo dos direitos humanos e do Direito Humano à Alimentação Adequada.
1990 a 2000	3ª fase PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO	A promoção do reconhecimento dos direitos humanos e do Direito Humano à Alimentação Adequada em todo o mundo.

Fonte: Adaptado de Valente; Burity; Franceschini, 2009.

No Brasil, apresentou-se então o surgimento de movimentos e estatutos nos quais a segurança alimentar, a preocupação com o estado nutricional e a luta contra a fome passaram a figurar como grandes desafios das sociedades civis e dos poderes públicos (BATISTA FILHO, 2003).

Nesse contexto, diversas transformações e ações ocorreram no Brasil, desde o foco no aumento da produção de alimentos até as questões relacionadas à qualidade de vida, geração de renda, garantia de acesso permanente e em condições adequadas dos alimentos. Essas subsidiaram a criação de políticas públicas e estão relacionadas a uma nova estrutura econômica, capaz de privilegiar o crescimento do mercado interno e diminuir a extrema desigualdade de renda existente no País (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

A problemática da fome passava a ser uma questão ética. Como poderia um país, considerado como grande produtor agrícola e exportador de alimentos, ter a fome e a desnutrição entre os grandes problemas da nação? Somente em 2003, ações de políticas públicas direcionadas a melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) receberam novo impulso, quando passaram a ser, com o conjunto de políticas e programas que compõem o Programa Fome Zero, uma prioridade do Estado brasileiro (KEPPLER, 2011).

Em 2006, as questões de Segurança Alimentar e Nutricional foram fortalecidas com a aprovação da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei Nº 11.346/2006) e o Estado brasileiro incorporou a Emenda Constitucional nº 64, que incluiu o direito à alimentação no artigo 6º da Constituição Federal. Tal direito ficou em condição de igualdade jurídica com os demais direitos fundamentais como a educação, a saúde e a habitação (CONTI, 2011).

A LOSAN dispõe em seu artigo 3º que

a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A LOSAN estabeleceu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e afirmar a importância do respeito à Soberania Alimentar.

Burity *et al* (2010) defendem que quando associamos SAN, Soberania e DHAA, outros fatores são importantes para garantia de SAN, tais como sustentabilidade econômica, social e ambiental da produção e a não reprodução de sistemas que gerem assimetrias e violações de direitos, dentre outros.

Portanto, se a alimentação é um direito humano fundamental e constitucional, o desafio deste momento é garantir a sua efetivação em todo território nacional para que ele, de fato, se torne um direito de todos (CONTI, 2009).

Para Leão e Maluf (2012),

a noção de “segurança alimentar e nutricional” inscreve-se no campo do direito de todo cidadão e cidadã de estar seguro (a) em relação aos

alimentos e à alimentação nos aspectos da suficiência (proteção contra a fome e a desnutrição), qualidade (prevenção de males associados à alimentação) e adequação (apropriação às circunstâncias sociais, ambientais e culturais).

Complementando, cita-se o que Conti (2009) afirma.

O Direito Humano à Alimentação Adequada tem sua centralidade na garantia do acesso físico e econômico aos alimentos. A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que incorpora os princípios do DHAA, enfatiza a qualidade, a quantidade e a regularidade dos alimentos de modo sustentável e permanente. Por sua vez, a Soberania Alimentar consiste fundamentalmente no direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos de acordo com cada cultura e região (CONTI, 2009).

Assim, uma alimentação é adequada quando ultrapassa o conceito de alimentação balanceada em termos de macro e micronutrientes e incorpora em seu conceito a formação de sujeitos capazes de pensar e agir para melhoria da sua condição de vida, os quais agem como protagonistas da sua história e da história de seus descendentes. Com isso, torna-se capaz de promover mudanças, efetivar seus direitos e deveres bem como responsabilizar-se com o meio ambiente no qual está inserido (LEÃO; MALUF, 2012).

O DHAA começa pela luta contra a fome, mas para ser plenamente realizado, não deve se limitar a isso, pois os seres humanos necessitam de muito mais do que atender às necessidades de energia ou de ter uma alimentação nutricionalmente equilibrada (BURITY *et al*, 2010)

Nessa perspectiva, tal qual anteriormente presente nos Objetivos do Milênio, no ano 2000, a questão da fome e da miséria encontra-se entre as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nessa Agenda Global, chamada de “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, o maior desafio é a erradicação da pobreza. Dezessete objetivos e 169 metas serão postos em práticas desde janeiro de 2016 até 2030, a partir de políticas que tenham a finalidade de garantir os direitos humanos de acordo com as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável. O segundo objetivo tem a finalidade de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (PNUD, 2015).

Verifica-se, portanto que, em todos os momentos, tornou-se fundamental a

mobilização social como agente impulsionador de políticas públicas. E para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, é fundamental que a população exerça sua função de controle social e de agente de transformações, pois o DHAA é inalienável e deve ser garantido sem o detrimento dos demais direitos essenciais para uma vida digna.

Nesse ponto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública inserida no processo de Segurança Alimentar e Nutricional e instrumento de garantia do DHAA. Seria essa uma visão ampla da alimentação também como instrumento de Desenvolvimento Rural Sustentável?

Com essa indagação para o estudo, apresenta-se a necessidade de um panorama das ações realizadas para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente do Direito Humano à Alimentação Adequada com a inserção do PNAE nesse contexto. Faz-se necessário analisar como o PNAE foi construído para que atualmente seja considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo.

No Art. 4º, o PNAE explicita seu objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, a partir de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais, durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Desde sua criação até 1993, a execução do programa ocorreu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional (FNDE, 2014).

Nesse contexto, Triches e Schneider (2010) ressaltam que, antes de 1994, os alimentos eram formulados e industrializados, comprados de um conjunto selecionado de algumas empresas, por licitação pública e distribuídos para todo o território nacional. Isso fazia com que os hábitos alimentares dos alunos não fossem respeitados, pois os cardápios eram padronizados e, muitas vezes, chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando o desperdício de recursos.

Porém, o fortalecimento do seu papel como promotor de desenvolvimento local e sua importância para o pequeno produtor rural se consolidou com a Lei nº

11.947, de 2009, através da garantia de que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Em uma das publicações do FNDE, o Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE, também é designado ao PNAE o papel de potencializar a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re)organização de comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, com a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar (BRASIL, 2012).

Torna-se perceptível a ampliação no foco da alimentação escolar ao se observarem as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Assume-se um papel diferente daquele inicial de somente combate à fome e desnutrição infantil. Por conseguinte, tornar-se um importante canal de promoção de segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento local e sustentabilidade.

O caráter promotor de saúde foi incorporado não somente pelos objetivos de suprimento das necessidades nutricionais dos alunos, mas também pela preocupação em cumprir sua função social, econômica e de preservação ambiental.

Portanto, outro fator que reflete a importância do PNAE para os agricultores familiares e para promoção do DHAA é a Resolução nº 26 de 2013, a qual permite que a aquisição de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos fosse priorizada com preços 30% maiores em relação aos produtos convencionais (BRASIL, 2013).

A importância da alimentação escolar é reconhecida pela forma como está presente em diversas discussões com enfoque na garantia do DHAA. Surge como incentivadora da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que promove melhoria de qualidade de vida e redução dos riscos alimentares para milhões de alunos em todo o País.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Realizou-se uma pesquisa sobre o Programa Nacional de Alimentação

Escolar no município de Marechal Cândido Rondon, localizado no Oeste do Estado do Paraná. Foram feitos um levantamento de informações sobre as ações de Segurança Alimentar e Nutricional e uma avaliação de sua efetividade no que se refere às diretrizes, aos objetivos e metas a partir das análises das estratégias e ações realizadas quanto a um conjunto de indicadores para esse contexto, que se relacionam com os objetivos da diretriz.

Configurada como uma pesquisa quali-quantitativa, de cunho exploratório apresentado como um estudo de caso, segundo pressupostos da Investigação Narrativa. Carniatto (2002) propõe o desafio de desvelar as múltiplas relações e representações simbólicas presentes no estudo caso apresentado. Para isso, dá autoridade à voz aos sujeitos participantes que, por seus relatos ou narrativas, falam de suas experiências e histórias vividas, bem como sentimentos, valores, percepções e avaliações sobre o estudo em foco. Ainda, quando a autora defende que

existe, no fenômeno “aprender”, um intercâmbio de relações, carregadas de sutis representações simbólicas. Apenas o visível, o aparente, o que se vê em primeira instância não dá conta de desvelar os vários domínios presentes e as sutis representações simbólicas, frutos das inter-relações, ocorridas no processo escolar (CARNIATTO, 2002).

Ainda, a autora apresenta o conceito de Connelly & Clandinin.

O estudo da narrativa (...) é o da forma pela qual, nós, os seres humanos experimentamos o mundo. Desta ideia geral se deriva a tese de que a Educação é a construção e a reconstrução de histórias pessoais e sociais; e que, tanto os professores, como os alunos, são contadores de histórias e, também, personagens nas histórias dos demais e em suas próprias (CONNELLY & CLANDININ, 1995 *apud* CARNIATTO, 2007, p. 72).

Foram usados como instrumentos de coleta de dados um levantamento documental dos registros das atividades e os planejamentos da Secretaria Municipal de Educação. A aplicação de questionários é uma amostra de gestores municipais e de professores. É constituída por onze gestores do município e de escolas, dois nutricionistas e 67 cozinheiras das escolas e Centros de Educação Infantil, participantes do Curso de Formação Técnica, em Alimentação e Nutrição. São atividades pedagógicas realizadas por 15 professores multiplicadores do Curso de Segurança Alimentar e Nutricional. As atividades formativas foram realizadas pela Secretaria de Educação de Marechal Cândido Rondon em parceria com o Programa

de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

A análise foi realizada considerando as características conceituais do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA: acesso aos alimentos, regularidade do acesso, qualidade e quantidade dos alimentos oferecidos aos alunos. A avaliação dessas características foi discutida segundo os critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental, envolvidos no Programa. Neste trabalho serão discutidos como enfoques a qualidade da alimentação, os aspectos relacionados às pessoas, os processos e o produto, envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 INDICADOR, ACESSO E REGULARIDADE DOS ALIMENTOS

Atualmente, o município de Marechal Cândido Rondon tem cerca de 4.200 alunos, nas 17 escolas e 7 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Aproximadamente 900 alunos matriculados nos CMEIs e 3.300 alunos matriculados nas escolas de Ensino Fundamental têm acesso garantido e contínuo a no mínimo uma refeição diária para atender ao indicador de “Acesso à Alimentação Diária”.

Todas as preparações são calculadas com base na faixa etária e necessidades nutricionais dos alunos por um profissional nutricionista e seguem as recomendações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O indicador “regularidade de distribuição” é garantido pelos recursos disponibilizados pela Prefeitura e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Assim, todos os alunos matriculados recebem refeições regularmente durante cerca de 200 dias letivos.

A Lei garante que todos os alunos matriculados na rede pública de ensino recebam refeições, assim o acesso é garantido. Porém, com os valores repassados pelo governo federal seria impossível atender às necessidades nutricionais dos alunos, principalmente, dos que se encontram em maior estado de vulnerabilidade. Sobre este fato, a gestora de educação (GE) do município ressalta que

uma das coisas que poderia melhorar é a participação do governo federal, pois, por exemplo, 30 centavos para realizar uma alimentação de qualidade,

com todos os requisitos que colocam e obrigações, fica muito difícil. Imagino como ficam os municípios menores, que não têm tantas condições como o nosso (GE).

Tal compreensão permite que o município invista na alimentação escolar, possibilite que os nutricionistas, responsáveis pela execução do programa, tenham liberdade na aquisição, comercialização, escolha e elaboração dos cardápios além de permitir o atendimento à qualidade nutricional.

4.2 INDICADOR DE QUALIDADE DO PROCESSO DA ALIMENTAÇÃO: DO PRODUTOR AO CONSUMIDOR

O Programa Municipal de Alimentação Escolar é denominado, Programa Alimentação Nota 10, foi assim designado para chamar a atenção de todos munícipes para o nível de excelência que deveria atingir. Para isso, foi elaborado um Programa de ações, pautadas em 04 (quatro) áreas de trabalho, assim definidas: 1) Valorização profissional; 2) Fortalecimento da agricultura familiar; 3) Qualidade total; 4) Gestão de custos. O quadro operacional é constituído por dois nutricionistas e um assistente para realização das atividades.

A qualidade referida pelo PNAE para garantia do DHAA considera o processo desde a produção do alimento oferecido até a qualidade do serviço de distribuição desse alimento. Ultrapassam as questões físico-químicas e de qualidade nutricional do alimento. Nessa perspectiva, os aspectos relacionados à garantia do DHAA abrangem a qualidade do produto, processo e pessoas envolvidas na execução do PNAE.

4.2.1 Indicador de qualidade: Alimentação Saudável nas Escolas e CMEIs

Vale ressaltar que, no programa estudado, não é mais imprescindível o olhar sobre o alimento como algo que extingue a fome nem tampouco como valor nutricional limitante. Entende-se a necessidade de ensinar a todos os atores a pensar seu papel cidadão e a alimentação como ato político, capaz de gerar transformações no meio ambiente em que estão inseridos.

Para a NUT2, garantir a alimentação de qualidade não depende somente do cardápio elaborado, mas também dos incentivos e capacitação que a criança recebe para o consumo dos alimentos saudáveis.

Levamos para as escolas e creches um exemplo do que é comida de verdade. De um lado colocamos todos os produtos da agricultura familiar, enfatizando a importância dos orgânicos. E do outro colocamos os industrializados, refrigerantes, salgadinhos, macarrão instantâneo entre outros e depois começamos a mostrar a importância de consumir aqueles que são os alimentos de verdade. Com as crianças maiores trabalhamos com rótulos, ensinando a observar e a definir o que é um alimento saudável (NUT2).

Porém, observa-se que a mídia alimentar é um dos grandes problemas atuais, pois cria a sensação de poder, de ser importante para os alimentos industrializados. Há a necessidade de se mostrar que ter acesso àquele alimento é permeada por um falso sentido de magia, que leva as pessoas ao consumo, pelo simples fato de querer comprovar diante da sociedade globalizada seu poder de aquisição.

Muitas vezes os pais deixam de comprar alimentos naturais e saudáveis, como frutas para o preparo de um suco, para oferecer ao filho um refrigerante ou suco industrializado.

O intenso trabalho de capacitação e valorização dos diferentes atores participantes mudou o comportamento e recobrou hábitos alimentares regionais que, de alguma forma, estavam sendo esquecidos ou desvalorizados (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Nesse sentido, atualmente, percebe-se que, por vivermos em um mundo globalizado, a questão do hábito deixa de ser apenas regional e segue também padrões globais. Como resultado disso, há ainda as questões de praticidade e modernidade ligadas à valorização da juventude, e o consumo de alimentos preferidos pelos jovens, que facilmente trocam os alimentos naturais pelos chamados *fast food*. Na maioria das vezes, tais alimentos são danosos à saúde, pelo desequilíbrio nutricional que causam (DOS SANTOS, 2005).

Portanto, as nutricionistas apresentaram em forma de aulas, palestras e bate-papo sobre a importância dos hábitos saudáveis de alimentação para cerca de 3000 alunos das escolas e CMEIS. Em 2015, todas as apresentações foram baseadas no Novo Guia Alimentar da População Brasileira.

Seguindo as orientações do Guia Alimentar, as nutricionistas apresentam desde a importância da escolha dos alimentos para uma alimentação saudável. Os alimentos foram divididos em três grupos: alimentos *in natura*, alimentos

minimamente processados e alimentos ultraprocessados. Foi orientado que a base da alimentação diária seria composta principalmente por alimentos *in natura* ou minimamente processados, predominantemente de origem vegetal. Além disso, ressaltam a importância do local e a companhia no momento das refeições. Há também o tempo dedicado à alimentação, a atenção com as informações contidas nos rótulos dos alimentos e a publicidade que pode apresentar informações não confiáveis e incentivar o consumo de alimentos inadequados. Além disso, a grande importância de retomar o valor da culinária, do preparo dos alimentos em família, e por fim o custo dos alimentos (BRASIL, 2014).

Logo, a abordagem em relação à alimentação e nutrição incorre em orientar as pessoas a optarem por refeições caseiras e evitarem a alimentação em redes *fast food* e produtos industrializados, ao uso moderado de óleos, gorduras, sal e açúcar, a valorizarem a culinária como patrimônio cultural e o ato de cozinhar como momento de prazer e interação social.

Um grande enfoque também é destinado às formas pelas quais os alimentos são produzidos e distribuídos, orientando que a escolha dos alimentos seja baseada nos processos de produção e distribuição social e ambientalmente sustentáveis.

4.2.2 A Importância das Parcerias no Cumprimento de Metas

Durante o processo de implantação da Política de Alimentação Escolar no Município de Marechal Cândido Rondon, verificou-se que o DHAA requer o envolvimento de diversos atores sociais para sua garantia. Iniciou-se a pesquisa com a investigação sobre quais as parcerias firmadas para o desenvolvimento de ações promotoras de Segurança Alimentar e Nutricional. Verificou-se que o êxito dessas ações depende principalmente das pessoas envolvidas na sua execução. No caso do PNAE, além de apoio e colaboração dos gestores municipais, o envolvimento de diferentes instituições conduz à melhoria dos resultados.

Assim, foram desenvolvidas parcerias (internas) inter-secretariais e/ou externas com a Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, e Secretaria de Agricultura, Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Defesa da Criança e do Adolescente do município. Além desses, as parcerias foram realizadas

com a Pastoral da Criança, com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e com a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

Todas essas parcerias atendem às recomendações do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, o qual defende que as organizações envolvidas devem ter as atividades pautadas na ética e moralidade e ser de interesse para a saúde pública (BRASIL, 2012).

4.2.2.1 Parceria contra a obesidade infantil: Projeto Nutri-heróis

O Projeto denominado “Nutri-heróis: todos juntos no combate à obesidade infantil” promove ações de prevenção e tratamento para alunos portadores de obesidade infantil.

Foi estruturado pelo Setor de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria de Educação e pela Secretaria de Assistência Social do município. Participam de sua execução a Secretaria de Saúde, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município, a Pastoral da Criança, a Itaipu Binacional, e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

Inicialmente, realizou-se, em 2014, a avaliação nutricional dos alunos. As medidas foram conduzidas pelos professores multiplicadores e gestores escolares que direcionaram as crianças para a unidade básica de saúde mais próxima da escola. Enquanto os alunos até dois anos de idade foram avaliados pela Pastoral da Criança. Após a análise e diagnóstico nutricional, os nutricionistas realizaram palestra com os pais e encaminharam as crianças em situação de obesidade para acompanhamento ambulatorial com o nutricionista da Secretaria da Saúde.

Paralelamente, foram desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional no âmbito escolar com o grande desafio de alcançar as famílias e promover mudanças nos modos de alimentação, a fim de que fossem eliminados hábitos que pudessem ser prejudiciais à Saúde dessas crianças. Além disso, a parceria com a Secretaria de Assistência Social desenvolveu ações como Feiras de Alimentação Saudável, criação de um mascote: o NUTRIX, o qual faz visitas às escolas junto com as nutricionistas. Para essas visitas, a professora multiplicadora

da Escola Bento Munhoz e cerca de 20 alunos produziram uma coreografia para apresentar em todas as instituições.

O repasse de recursos pelo CMDCA também é de fundamental importância para a realização dessas atividades bem como para a confecção de materiais tais como: canecas, imãs de geladeira, camisetas, dentre outros. Como forma de inserção social, os participantes do Projeto foram destaque no desfile em comemoração ao aniversário do município em julho de 2015 e no desfile cívico de 7 de setembro.

Figura 2 - Participação do Grupo dos Nutri-heróis no desfile cívico de 7 de setembro, 2015.



através do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres-CEPED Unioeste, um Curso de Multiplicadores em Segurança Alimentar e Nutricional para professores e gestores das instituições de ensino municipal foi realizado, com carga horária de 100 horas, divididas em oito encontros mensais e desenvolvimento de práticas a partir de projetos elaborados e executados em cada escola participante. Os inscitos são prioritariamente os professores da disciplina de Educação Ambiental.

O objetivo do curso é estimular a Educação Alimentar e Nutricional de forma transdisciplinar e envolver a comunidade escolar. Para os participantes do curso, visa-se formar cidadãos e cidadãs conscientes quanto à qualidade da alimentação,

envolvendo as oito dimensões de sustentabilidade, apresentadas por Ignacy Sachs: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional (SACHS, 2002).

Como resultados e forma de avaliação, são desenvolvidos projetos no espaço escolar, voltados para boa alimentação e nutrição.

Figura 3 - Ações de Educação Alimentar e Nutricional nas Instituições de ensino, 2015.



Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Para essa pesquisa, solicitou-se a opinião dos diferentes atores sobre a importância da alimentação. E, nas atividades realizadas durante o curso, solicitou-se que retratassem sobre a importância do que é uma alimentação saudável. A intenção foi analisar o grau de importância atribuído pelo professor à alimentação. Abaixo, verificam-se algumas respostas narrativas dos professores multiplicadores nas escolas:

(...) A Educação alimentar e nutricional é importante porque através dela conhecemos e passamos a nos preocupar com a origem dos alimentos, sua qualidade e conservação e valor nutricional (...). É preciso privilegiar alimentos naturais e não industrializados (P1).

(...) Alimentação saudável é respeito ao meio ambiente, é sabor, é qualidade de vida (P2).

(...) Evitar os enlatados, industrializados, frituras, trocar chips, biscoitos, refrigerantes por frutas, suco natural, sanduíche natural. Eu não faço muito isso, mas deveria (P3).

O curso de formação de multiplicadores atende ao requisito da intersectorialidade na Educação Alimentar e Nutricional quando envolve em diferentes setores a capacidade de analisar e transformar o seu modo de operar, quando tem práticas inovadoras para melhoria do comportamento alimentar das crianças.

Figura 4- Ação de Educação Alimentar e Nutricional nas Instituições de ensino, 2015



Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

4.2.2.3 Parceria com a Itaipu Binacional através do Programa Cultivando Água Boa

Além de todas as parcerias firmadas entre a Prefeitura Municipal e Instituições como UNIOESTE, CAPA, ACEMPRE, Pastoral da Criança, merece destaque a parceria com a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. A empresa cumpre sua missão de responsabilidade socioambiental através do Programa Cultivando Água Boa, com uma visão integral e sistêmica; promove e impulsiona diversas ações fundamentadas na responsabilidade socioambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável, conforme sua missão que é:

Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai (ITAIPU, 2015).

O Programa Cultivando Água Boa é um movimento de participação permanente, que envolve a atuação de aproximadamente 2 mil parceiros, dentre órgãos governamentais, ONGs, instituições de ensino, cooperativas, associações comunitárias e empresas. Atualmente, são desenvolvidos 20 programas e 65 ações que vão desde a recuperação de microbacias e a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente.

Dentre as diversas ações promotoras de bem-estar socioambiental, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, em 2014, verificaram-se a realização do Curso de Formação Técnica Continuada para nutricionistas e cozinheiras da Alimentação Escolar, o Concurso de Receitas Saudáveis das Cozinheiras da Bacia do Rio Paraná 3 e a elaboração de um Caderno de Receitas com as receitas vencedoras do concurso que abrange 29 municípios, sendo 28 do estado do Paraná e 01 de Mato Grosso do Sul, além do município de Palotina.

Figura 5 - Lançamento do Projeto Cultivando Saberes e Sabores - Julho, 2014



Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Nesse processo, inicialmente foi realizado um curso de formação continuada denominado Cultivando Saberes e Sabores da Alimentação Escolar, com o objetivo de resgate da gastronomia local e fortalecimento dos aspectos sociais e ambientais da alimentação. As nutricionistas da Alimentação Escolar e duas cozinheiras de cada município tiveram cinco encontros durante o ano. Assim, foi possível melhor

entrosamento entre as equipes e os diferentes municípios da região.

Já para o concurso, cada município realizou individualmente a escolha das duas receitas que deveriam fazer parte do Caderno de Receitas Saudáveis das Cozinheiras da Bacia do Paraná 3. Em Marechal Cândido Rondon, o concurso contou com aproximadamente 40 cozinheiras das escolas e CMEIS e a elaboração de 19 receitas cuja preparação incluía no mínimo 75% de produtos orgânicos ou agroecológicos.

O Concurso foi realizado em outubro de 2014, teve a classificação de duas escolas e cinco cozinheiras beneficiadas, além da premiação pelas duas receitas vencedoras. Cada escola recebeu a quantia de R\$ 500,00 para investir em equipamento para a cozinha da instituição e cada cozinheira recebeu o prêmio R\$ 400,00.

Figura 6 - Concurso de Receitas Saudáveis das Cozinheiras - Outubro, 2014



Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Todos os participantes das atividades do curso e as vencedoras do Concurso participaram do Evento do Cultivando Água Boa, cuja certificação foi realizada com a participação do ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, Diretor-Geral brasileiro, Jorge Miguel Samek e pelo Sr. Diretor de Coordenação Nelton Miguel Friedrich, na cidade de Foz do Iguaçu. Ainda, como prêmio para as participantes do curso de formação, foi realizada uma viagem técnica dos nutricionistas para Curitiba e uma visita das nutricionistas e cozinheiras às

dependências da Usina Hidrelétrica com um almoço especial na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

Figura 7 - Participação das Cozinheiras e vencedoras do concurso no Evento Cultivando Água Boa - Novembro, 2014



Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Figura 8: Entrega dos Certificados do curso de formação do Projeto Cultivando Saberes e Sabores durante o Cultivando Água Boa 2014 - Novembro, 2014



Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Localmente, todas essas ações impulsionaram a elaboração de um Caderno de Receitas do Município, com receitas e fotos de todos os participantes do concurso, como forma de valorizar o trabalho e fortalecimento da importância dos alimentos orgânicos na Alimentação Escolar do município. Essa ação só foi possível pelo apoio e financiamento da Divisão de Educação Ambiental – Convênio Linha Ecológica da Itaipu.

Além disso, com o apoio do Comitê Gestor de Desenvolvimento Rural

Sustentável da Itaipu, o caderno de Receitas foi lançado durante a Semana de Alimentos Orgânicos na cidade de Curitiba, com a participação da nutricionista e de outras duas cozinheiras do município e do Diretor de Coordenação da Itaipu.

Essas ações, em 2015, foram continuadas pelo Projeto Cultivando Saberes e Saúde, com a formação direcionada para a utilização de plantas condimentares e de plantas medicinais para nutricionistas e cozinheiras.

Ainda, a partir do Programa Cultivando Água Boa, o Comitê Gestor de Desenvolvimento Rural Sustentável da Itaipu convidou os representantes do município para representar a região da BP3, com participação da nutricionista e algumas cozinheiras em Eventos em São Paulo/SP e Porto Alegre/RS com palestras, depoimentos e organização de oficinas de gastronomia orgânica.

Percebeu-se que as parcerias do Programa Cultivando Água Boa impulsionam os atores sociais envolvidos na busca pela efetivação dos objetivos da Legislação que insere o PNAE como Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, promovem o desenvolvimento local e fortalecem a agricultura familiar.

4.2.2.4 Parceria do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA é uma organização não-governamental (ONG), um serviço da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) que surgiu no Rio Grande do Sul ao final da década 70. A entidade visava assessorar o pequeno agricultor no sentido de minimizar os efeitos da crise agrícola desencadeada pelos processos de modernização no campo. Com esse objetivo, o CAPA atua em Marechal Cândido Rondon, desde o ano de 1997. Incentiva a prática da agroecologia e mostra a importância do resgate dos modos de produção e da sabedoria dos ancestrais que, devido aos processos de modernização, eram menosprezados (VANDERLINE; VANDERLINE, METZNER, 2014).

Assim, ressalta-se a importância dessa parceria com o CAPA para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional através do PNAE. É de fundamental importância descrever algumas atividades desenvolvidas como o acompanhamento da produção e fortalecimento da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Com essas ações, em Marechal Cândido Rondon, o PNAE passou a ser um modelo de compras públicas sustentáveis.

Os técnicos de Assistência Técnica do CAPA fazem uma articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, ou seja, entre as nutricionistas da Entidade Executora (Prefeitura) e os produtores. Esse trabalho possibilita a formação de um circuito curto de comercialização, com a aproximação do consumidor com o produtor e estabelece uma relação de maior confiança entre ambos. No município, isso acontece também pelo apoio técnico direcionado aos gestores da Associação de agricultores que fornece para a alimentação escolar, a Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE).

A parceria vai desde a elaboração de um mapeamento de produção da agricultura familiar local, e do calendário agrícola, para utilização pela nutricionista no planejamento do cardápio escolar. Isso facilita identificar os pontos fracos do processo e a busca pelas soluções para melhor organização da aquisição. Além disso, busca incentivar a diversidade produtiva de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos para atender à necessidade de um cardápio adequado e saudável. Como resultado, verificou-se a evolução da compra de alimentos orgânicos e

agroecológicos pelo PNAE no município e certificação desses produtos pela Rede Ecovida de certificação participativa. E principalmente o envolvimento dos agricultores familiares no processo de Educação alimentar e Nutricional, inclusive com participação no desfile cívico do município, conforme figura 12.



Destaca-se ainda a participação do CAPA na formação e conscientização dos consumidores do programa. Como exemplo, a participação dos engenheiros e técnicos de agroecologia junto às nutricionistas da Prefeitura, na capacitação de cozinheiras da alimentação escolar, nas atividades de educação alimentar e nutricional com os alunos. Isso demonstra a importância dos alimentos orgânicos para a saúde e melhoria da qualidade de vida.

Diante desse contexto, a partir das ações com o CAPA, o papel do PNAE é fortalecido como instrumento de SAN no município. Seja quando auxilia a redução da pobreza no campo, o fortalecimento da associação, a valorização da agroecologia e das ações realizadas pelas nutricionistas na educação alimentar e nutricional.

4.2.3 Qualidade Inovativa para cozinheiras: Educação Alimentar e Nutricional

Conforme salienta a nutricionista responsável técnica pelo Programa (NUT1), para a garantia do DHAA, é essencial que todos os atores envolvidos na alimentação escolar tenham consciência da sua importância dentro desse processo e sua responsabilidade com a qualidade do produto. Uma cadeia que vai desde o produtor rural que é um dos fornecedores desse alimento, até as cozinheiras que são o elo final para garantia do acesso pelo aluno.

Não adiantaria a gente comprar alimentos orgânicos, pagar mais caro por isso, executar projetos de educação alimentar e nutricional se as pessoas não compreendessem a importância delas no processo. Por isso trabalhamos paralelamente todos os aspectos da alimentação, com formação técnica para agricultores, comunidade escolar, especialmente as cozinheiras, professores e alunos. Queremos que todos se sintam parte do processo educativo alimentar e entendam que suas ações têm impacto na saúde, qualidade de vida e também no desenvolvimento do município (NUT1).

Portanto, para o fortalecimento e a ampliação da visão quanto à alimentação saudável, as cozinheiras participam de cursos de formação técnica e, dentre os objetivos, encontram-se o estreitamento das relações entre elas e os agricultores familiares e a capacitação sobre diferentes temas técnicos, conforme narrativa a seguir.

Levamos as cozinheiras para a propriedade rural. Lá preparamos as palestras, pedimos que os agricultores contem um pouco de sua história e da importância da alimentação escolar para suas vidas. Nesse ponto, a intenção é trabalhar o aspecto social, de redução das desigualdades e do PNAE como importante canal de comercialização (NUT2).

Isso ocorre para garantir a qualidade e implementação da formação técnica como prática inovativa social, a qual permite o empoderamento desses profissionais. Nela estão incluídos os que atuam na escola bem como os agricultores, os quais muitas vezes são colocados à margem do processo educativo dos alunos e que, neste enfoque, os incentiva a se integrarem ao processo de educação alimentar e nutricional e de garantia do DHAA.

A proposta do Ministério da Educação prevê que todos os funcionários das escolas atuem como agentes responsáveis por essa educação. Todavia, isso foge dos paradigmas da educação tradicional que é executada apenas dentro das paredes da sala de aula e a partir do currículo das disciplinas. Uma proposta atualizada e de forma inovativa propõe que os funcionários também atuem como agentes de uma educação não formal, ao contribuir em suas funções para a qualidade da educação realizada na escola e se sintam protagonistas, como forma de valorização profissional (BRASIL, 2004).



Figura 13 - Formação técnica de cozinheiras

em uma propriedade agrícola familiar - novembro, 2015

Fonte: Arquivo Setor de Alimentação Escolar Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Nestes termos, os cursos de formação profissional, neste caso o Curso de Formação Técnica, em Alimentação e Nutrição é direcionado às cozinheiras, e proporciona o redimensionamento de suas funções, melhor qualificação profissional e que se sintam protagonistas no processo da Educação Alimentar e Nutricional.

Para o papel de educador dos educadores, o nutricionista busca repassar o que Freire (1987) apresenta como a consciência que emerge, a qual é de caráter reflexivo e resulta na imersão crítica na realidade, como seres do mundo e no mundo. Esses sentem-se desafiados e reconhecem os desafios como compromissos que necessitam de respostas.

Tais envolvimento e pertencimento são possíveis de serem percebidos ao destacarem-se algumas narrativas por elas apresentadas:

É muito importante participar do curso porque se aprende muita coisa boa e

importante (C1);

Eu gosto de participar do curso porque nós temos que aprender para poder passar para as crianças (C2);

É importante aprender porque se a escola fizer seu trabalho, podemos tornar uma sociedade mais saudável, e conseqüentemente menos problemas de saúde, ou seja, uma sociedade mais saudável, menos problemas sociais (C3).

Percebe-se o aspecto de valorização na Tabela 1, quando 89,55% das cozinheiras consideram os encontros do Curso de Formação Técnica como muito importantes. E quando, perguntadas sobre a importância de outros atores envolvidos, como as nutricionistas e agricultores, 80% das cozinheiras também apresentam como muito importante.

Esse fato confirma a escola como um espaço de vivências múltiplas, o qual forma cidadãos e cidadãs capazes de pensar sua realidade e sentirem-se como agentes dessas transformações.

Tabela 1 - Percepção das Cozinheiras sobre o grau de Importância dos processos formativos e dos Atores envolvidos no PNAE

Fonte: Autor da pesquisa

As nutricionistas também ministraram palestra sobre o PNAE para os gestores das instituições municipais de ensino. Buscou-se com isso fortalecer a questão da alimentação escolar como um direito gerido por leis específicas que normatizam seu funcionamento e direcionam o trabalho das profissionais responsáveis pela execução.

Posteriormente, com a aplicação do questionário, foi explicitada qual a importância da alimentação escolar para os Gestores Escolares (GE). Destacam-se na análise as narrativas a seguir:

A alimentação escolar é importante, entre outros fatores, porque muitas crianças vêm com fome e esperam pela alimentação da escola (GE1);

Considero que a alimentação escolar é de fundamental importância sendo que a mesma representa para muitos alunos a única refeição do dia (GE2);

A alimentação escolar é importante porque é através dela que muitos alunos conseguem suprir as suas necessidades diárias, que na maioria das vezes não têm em casa. Além disso, a alimentação escolar tem se mostrado um importante aliado no combate à desnutrição e à obesidade infantil, através de medidas eficazes de controle nutricional e qualificação das merendeiras

(GE3).

Tais opiniões vão ao encontro do conceito que afirma que o DHAA ocorre dentro de duas dimensões: estar livre da fome e a adequação dessa alimentação.

Outras respostas encontradas na pesquisa apresentaram como aspectos relevantes da alimentação escolar: a promoção da saúde e o bom rendimento escolar dos alunos.

Destaca-se nesse contexto que quando a alimentação escolar é limitada ao seu aspecto de saúde, há o risco de excluir-se do seu papel social e econômico (BEZERRA, 2002; MAINARD, 2005 *apud* CUNHA, SOUSA, MACHADO, 2007)

Foram realizadas Feiras de Alimentação Saudável e Alimentos Orgânicos nas Escolas em 2014 e 2015. O espaço foi criado para acesso dos alunos e da comunidade para a aquisição de alimentos saudáveis e contato com o produtor rural, que pôde comercializar seus produtos no ambiente escolar. Além disso, foram ministradas oficinas de gastronomia sustentável e de plantas medicinais para os pais dos alunos e visitantes da feira.

Ao se ampliar a participação dos atores, os professores do curso de multiplicadores em Segurança Alimentar e Nutricional têm espaço garantido para apresentação das atividades desenvolvidas durante o período letivo, que envolvam a alimentação saudável.

4.2.4 Aquisição de Alimentos Orgânicos

A qualidade dos alimentos servidos é um dos principais fatores relacionados à alimentação escolar. Neste aspecto, o município se destaca pela aquisição de alimentos orgânicos, cultivados pelos pequenos produtores rurais os quais compõem a agricultura familiar do município. Além disso, o PNAE desempenha papel fundamental na certificação de novos produtores que participam da Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRES), a qual possui o contrato de fornecimento de gêneros alimentícios com a prefeitura local. Portanto, é possível verificar a valorização da agroecologia no PNAE municipal.

Os produtores de alimentos orgânicos recebem 30% a mais, pelo valor dos produtos em relação aos convencionais, conforme determina a lei, como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e das ações realizadas pelas nutricionistas

na educação alimentar e nutricional.

Não é simplesmente oferecer frutas e hortaliças. Quando se fala em qualidade, considera-se também a produção; o uso indiscriminado de agrotóxicos é um fator contaminante dos alimentos e prejudicial à saúde das crianças. Por isso, acreditamos que a lei do PNAE juntamente com a Resolução 26, autorizou que podia se pagar mais caro pelo alimento orgânico, ajudou muito e através disso houve maior interesse na certificação (NUT1).

Destaca-se, portanto, que a aquisição de alimentos de base de produção agroecológica e de alimentos orgânicos certificados promove a melhoria da qualidade de vida.

É relevante apontar que, de acordo com a NUT1, o município de Marechal Cândido Rondon “tem investido na compra de alimentos com características agroecológicas”, conforme demonstrado na Tabela 2.

Para Saraiva *et al* (2013), a aquisição de produtos da agricultura familiar incentiva a produção sustentável e isso é importante não apenas pelo caráter econômico, mas pelo incentivo à produção com maior diversidade e melhor qualidade. Há o incentivo às redes curtas de comercialização que reduzem a logística bem como aproximam e fortalecem a relação de confiança entre o consumidor do produtor e restabelecem hábitos alimentares regionais e a valorização do território.

Tabela 2 - Demonstrativo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE de Marechal Cândido Rondon, conforme tipo de atividade agrícola produtiva

Ano Letivo	Valor de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar					
	Alimentos convencionais		Alimentos produzidos em base de transição do convencional para orgânico		Alimentos orgânicos certificados	
2015 (Fevereiro a Outubro)	Valor absoluto em reais (R\$)	Percentual	Valor absoluto em reais (R\$)	Percentual	Valor absoluto em reais (R\$)	Percentual
Total	80.204,57	46,41%	19.435,00	11,25%	73.180,60	42,34%

Fonte: Autor da pesquisa

Em relação à compra de alimentos orgânicos para a alimentação escolar,

ressalta-se a capacidade de gerar melhorias no âmbito socioeconômico e ambiental, pela execução das compras públicas que, com seu poder de compra, poderá promover e implementar a característica de sustentabilidade da comunidade local (MORGAN; SONNINO, 2010).

4.2.5 Valorização de Hábitos Alimentares Regionais

Desenvolveram-se diversas ações com o objetivo de promover a sustentabilidade cultural, e a valorização dos hábitos alimentares regionais e vinculação ao território local. Com o envolvimento de nutricionistas, agricultores e os técnicos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) buscou-se incentivar a produção e comercialização de alguns gêneros não muito valorizados como: cará e inhame, frutas como jaboticaba, carambola, todos os tipos de folhosos, ainda o uso do colorau e açafrão para enriquecimento da alimentação escolar.

A partir disso, alguns produtores passaram a produzir com a intenção de comercializar para o PNAE. Os nutricionistas buscam impulsionar a produção, ao adquirirem toda a produção produzida e promoverem o consumo desses alimentos.

Portanto, paralelamente, com as cozinheiras e também com os participantes do curso de multiplicadores em SAN, foram realizadas oficinas de gastronomia sustentável com o objetivo de resgatar sabores dos seus pais e avós. Além disso, trouxeram à memória e incentivaram-nas a preparar tais receitas nutritivas e tradicionais das famílias da região para as crianças.

Assim, novas receitas e formas de preparação vêm sendo desenvolvidas a fim de se valorizar a característica de produção do município e oferecer “comida de verdade” para os alunos.

4.3 QUANTIDADE DOS ALIMENTOS

A regulamentação da Alimentação Escolar buscou, ao longo do tempo, garantir o papel fundamental de suprir as necessidades nutricionais básicas dos alunos durante a permanência na escola, de acordo com o valor nutricional dos alimentos, com variedade e quantidades suficientes.

As quantidades devem ser divididas para atingir as recomendações do FNDE, conforme o número de refeições servidas e idade do aluno. Este fator é

incorporado à promoção do DHAA, por se ressaltar que o acesso ao alimento de qualidade também deve ser analisado quantitativamente.

Por fim, uma das abordagens igualmente importante dessa pesquisa é a definição da quantidade média de consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar por parte dos alunos das escolas do município.

É possível observar na Tabela 3 a quantidade semanal, em gramas, oferecida aos alunos em 2015. Considera-se, por exemplo, que para uma banana com peso médio de 100 g, os alunos consomem em média duas frutas por semana. Para os alunos das escolas que recebem uma refeição diária, a quantidade atende ao padrão estabelecido pela Legislação que preconiza que os cardápios deverão oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g /aluno/semana) nas refeições ofertadas.

Porém, segundo a NUT1, a oferta de gêneros pela agricultura familiar ainda não supre a demanda do município para a adequação da oferta às especificações do PNAE para os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Informação complementada pela NUT2, responsável pela elaboração dos cardápios dessas instituições de ensino que relata:

Ainda não é possível comprar todos os alimentos dos agricultores para os CMEIs, porque lá precisamos garantir a oferta diária de pelo menos um tipo de fruta ao dia e dois tipos de saladas. Então, devido a vários fatores, como o climático, os agricultores ainda não conseguem suprir essa necessidade e temos que pedir do supermercado para completar.

Tal narrativa vai ao encontro com o que Soares *et al* (2015) relacionam nos resultados encontrados em pesquisa sobre as potencialidades e dificuldades do PNAE em um município de Santa Catarina. Os autores afirmam que há dificuldades na regularidade de abastecimento, causadas principalmente por fatores climáticos e que esse problema torna necessário ao gestor do Programa a aquisição de produtos complementares do supermercado, através da licitação.

Tabela 3 – Quantidade média de consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar por alunos da rede municipal de ensino de Marechal Cândido Rondon – PR

Grupo de alimentos	Quantidade média de consumo semanal per capita
Hortaliças folhosas	241 g
Leguminosas	110.g
Frutas	176 g

Total	527 g
Fonte: Autor da pesquisa	

Assim, o aspecto da quantidade de alimentos inseridos no DHAA está entrelaçado com as condições de aquisição e suas limitações, sejam essas internas do âmbito público, como restrição orçamentária, ou fatores externos à Entidade Executora, como as complicações na produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abrangência e a consistência do Programa Nacional de Alimentação Escolar o consolidaram como uma das principais políticas públicas de alimentação, tendo sido beneficiados em Marechal Cândido Rondon, no ano de 2015, cerca de 4.200 alunos das Instituições de Ensino municipais.

A partir dos resultados apresentados, é possível afirmar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é um importante instrumento de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Para isso, além dos aspectos legais do Programa, as ações desenvolvidas em nível municipal são fundamentais para efetivação das leis, as quais permeiam os espaços da Segurança alimentar, Nutricional e do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Portanto, a avaliação da qualidade da alimentação, a partir desse estudo de caso, confirma a importância do processo educativo, em todos os níveis, como promotor de saúde dentro do espaço escolar, capaz de resgatar os reais valores das escolhas alimentares. São observados não apenas o valor nutricional, mas seus aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos.

As formas como esses fatores são atendidos dependem da realidade específica de cada instituição e do entrosamento dos diversos atores da comunidade escolar. Além dos gestores e nutricionistas, outros atores sociais como professores e cozinheiras têm, por sua vez, o papel fundamental de apoiar e exigir a construção de uma nova cultura de Alimentação e Nutrição, na qual essas Políticas Públicas, de caráter universal e de dignidade humana sejam entendidas como direitos, que podem e devem ser exigidos em sua realidade local.

Isso é fundamental, pois o principal aspecto a se pensar durante a execução do PNAE é que, acima de tudo, o ser humano está se valorizando. E que o consumo

de alimentos saudáveis pode ter resultados positivos ou negativos nas esferas sociais, econômicas e de saúde dependendo da escolha dos gestores e do comprometimento dos diversos atores envolvidos.

6 REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, Malaquias. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 35, 2003.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. 2007.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acessado em 15 outubro 2015.

_____. O Papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2ªed. Brasília. 2012. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5244-manual-de-instru%C3%A7%C3%B5es-operacionais-para-nutricionistas-do-pnae>. Acessado em 15 outubro 2015

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)** Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/legislacao/lei-no-11-346-de-15-de-setembro-de-2006/view>. Acesso em 13 jun.2014.

_____. **Ministério da Educação**. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf. Acessado em 10/11/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara

Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Caderno SISAN nº01/2011. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/seguranca-alimentar-e-nutricional/2011/estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/cadernos-sisan-2013-no-01-2011-estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 8 de Jun., 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/arquivos/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf. Acesso em: 8 de jun., 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE Nº26/2013: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Diário Oficial da União República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em: 128 <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 18 jul. 2015.

BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flavio; RECINE, Elisabetta; LEÃO, Marília; CARVALHO, Maria de Fátima. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CARNIATTO, Irene. **A Formação Inicial do Sujeito Professor: Investigação Narrativa em Ciências/Biologia.** Cascavel: Edunioeste, 2002. 158p. (Coleção Thésis)

CASTRO, J. **Geografia da fome.** Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE, 2009.

COUTINHO, Marília; LUCATELLI, Márcio. Produção científica em nutrição e percepção publicada fome e alimentação no Brasil. **Revista de Saúde Pública.** São Paulo, v. 40, p. 86-92, 2006.

CUNHA, Elisângela; SOUSA, Anete Araújo; MACHADO, Neila Maria Viçosa. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 15, n.1, p. 39-49, 2010.

ITAIPU BINACIONAL. **MISSÃO.** Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/missao>. Acesso em: 10 jan., 2016.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-99, 2011.

LEÃO, Marília. MALUF, Renato S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira** / Marília Leão; Renato S. Maluf – Brasília: ABRANDH, 2012.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. **Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público**. In: WORLDWATCH INSTITUTE. Estado do Mundo: transformando culturas - do consumismo à sustentabilidade. Bahia: UMA, 2010. p. 72-78.

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. Sousa de. **Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?** Ciência e Cultura, v. 62, n. 4, p. 34-38, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000400012&script=sci_arttext. Acesso em 05 ago. 2014.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comentário Geral número 12. **O direito humano à alimentação** (art.11). Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU - 1999. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf>. Acesso em 02 fev., 2016.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ods.aspx>. Acessado em 7 de out 2015.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História Questões & Debates**, v. 42, 2005.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências da Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-36, 2013.

SOARES, Panmela; MARTINELLI, Suellen Secchi; MELGAREJO, Leonardo, DAVÓ-BLANES, Mari Carmen; CAVALLI, Suzi Barletto. Potencialidades e dificuldades para

o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. 2015. **Ciência & Saúde Coletiva. On-line version**, v. 20, n. 6, Rio de Janeiro, Jun., 2015.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

VANDERLINDE, Tarcísio; VANDERLINDE, Juliane; METZNER, Cristiano. A experiência pedagógica ambiental do CAPA: o saber compartilhado no campo. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental, [S.l.], p. 346-362, maio 2014. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4455/2807>>. Acesso em: 17 jul. 2015

VIEIRA, A. L. V. Sensibilidade insensível - Josué de Castro e a questão da fome como violação de direitos humanos fundamentais. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 17, n. 26, 2013. Disponível em: <http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/696>.

CONCLUSÃO GERAL

O Programa Nacional de Alimentação Escolar do município de Marechal Cândido Rondon apresentou resultados satisfatórios que demonstram sua importância para a agricultura familiar. Assim, os produtos do pequeno produtor são valorizados e priorizados alimentos agroecológicos e/ou orgânicos.

Este cenário aponta o Programa como importante estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas dimensões do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar.

Os componentes do PNAE também o configuram como promotor de Desenvolvimento Rural Sustentável envolvendo diversos atores sociais que, em suas ações, priorizam aspectos de solidariedade, justiça social e redução das desigualdades sociais.

Porém, para que o PNAE assuma essas funções, é preciso que cada um desses atores envolvidos adquira conhecimento e desenvolva capacidade de tomada de decisão. É necessário que os diferentes atores sociais tenham a percepção e entendimento próprios da sua realidade e possibilidade de mudanças, de forma a conscientizarem-se das responsabilidades social e política, com possibilidade de decidir o futuro dos mesmos.

Verifica-se a partir de experiências como as citadas nesse estudo de caso, que o homem é capaz de provocar mudanças de cunho político e social que o impulsionem e sejam capazes de direcionar as Políticas Públicas.

No momento em que os países têm como meta alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, estando entre eles a erradicação da fome, a melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável, cabe às esferas locais definir suas prioridades e participar de forma ativa e qualificada na conquista desses objetivos.

Em Marechal Cândido Rondon foi imprescindível conhecer quais estratégias locais utilizadas na consecução desses objetivos. Observou-se o início de um processo combinando a valiosa experiência dos agricultores, cozinheiras, comunidade escolar, pais de alunos, e diversos profissionais, com o melhor que a ciência oferece a fim de que se desenvolvam modos de aprendizagem participativos.

Os esforços destinados para desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional vêm consolidando o PNAE como uma das principais estratégias para promoção de uma alimentação saudável e adequada.

No âmbito escolar, foi fundamental o reconhecimento pelas cozinheiras do seu papel de educadoras, integrando-se de maneira responsável e ativa, capazes de promover transformações em e com sua realidade. O agricultor familiar também deixou de ser mero espectador e assumiu o papel de motivador e incentivador de novos fornecedores. Assim, aumentou a participação de uma maior parcela dos agricultores familiares do município. Além disso, aqueles que já fornecem produtos orgânicos certificados, têm sido impulsionadores de novos processos de certificação. Como resultado para 2016, há quatorze novos produtores rurais familiares em processo de transição de atividade agrícola convencional para orgânica.

Diante disso, verifica-se que o Programa só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos participantes, desde os responsáveis técnicos, parceiros, cozinheiras e agricultores, além de alcançar também as famílias dos alunos.

É nesse aspecto que se afirma que a Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento Sustentável, exigem que haja uma educação para a decisão, como conquista comum do trabalho de todos. Na prática, a sociedade deve se mostrar capaz de assumir novos hábitos e de projetar tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Enfim, essas ações apresentam a importância do cuidado.

Para Leonardo Boff, saber cuidar “significa conceder a cidadania à nossa capacidade de sentir o outro, de ter compaixão com todos os seres que sofrem, humanos e não humanos, de obedecer mais à lógica do coração, da cordialidade e da gentileza do que à lógica da conquista e do uso utilitário das coisas”.

Assim, com essa visão, no que diz respeito aos próximos desafios, além da ampliação do percentual de compra da agricultura familiar de modo a aplicar 100% dos recursos federais, está a elaboração de formações técnicas para cozinheiras que visam ao resgate da cultura alimentar, baseadas no novo Guia Alimentar da População Brasileira e também a organização de formação e oficina de gastronomia utilizando as Plantas Alimentícias Não convencionais – PANCs como valorização da vegetação nativa. Outra frente de atuação é o Projeto Nutri-heróis, o qual tem um olhar ampliado para detecção, prevenção e tratamento de todos os estados de

Insegurança Alimentar dos escolares, incluindo também os psicólogos da Secretaria de Assistência Social. É importante destacar as ações de Incentivo aos alunos para o cultivo de hortas domésticas com auxílio da Pastoral da Criança e do CAPA.

Vale destacar ainda que os cursos de Formação serão continuados em Segurança Alimentar e Nutricional para professores e fortalecido o grupo de Alunos Multiplicadores dentro das Escolas. Ainda, em 2016, serão desenvolvidas ações de Educação Alimentar e Nutricional em parceria com os Gestores de Educação Ambiental, e o Coletivo Educador Mirim que, com apoio do Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, já adquiriu novos materiais pedagógicos para promoção da Alimentação Saudável. Para além do alcance imediato há um esforço permanente em impor um novo modelo de consumo, criando um contexto favorável para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados, baseados no consumo de alimentos *in natura* e consequente redução do consumo de produtos alimentícios industrializados, ultraprocessados.

Porém, sabe-se que as Políticas Públicas apresentam resultados conforme o interesse político do Poder Público. Essa instabilidade ainda assusta por saber que depende de pessoas que assumem compromissos de continuidade ou não, de um trabalho que embora demonstre resultados positivos, não seja prioridade dentro do Plano de Governo. O alcance dos objetivos e diretrizes do PNAE municipal depende do Poder executivo municipal, dos gestores de Educação, do gestor da Alimentação Escolar? Sim. A efetivação da lei ocorre a partir dos recursos humanos que as operam no espaço entre o Estado e a sociedade. Depende de todos e de cada um dos atores envolvidos.

Nesse sentido, parte-se do princípio de que um mercado não é idealizado e planejado a priori, mas construído de forma fragmentada, contingente, combinada, e que as iniciativas locais são precursoras e, conjuntamente, com as posturas do Estado, potencializadoras das mudanças (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 3).

A constância na realização dos Projetos e o êxito dessas ações terão maior ou menor impacto na qualidade da alimentação dos alunos, dependendo do nível de compromisso de cada ator envolvido.

Nesse contexto, afirma-se que, apesar da implementação de um Programa ser um exercício contínuo, dificilmente os planos se cumprem exatamente como foram definidos e geralmente não se alcança 100% dos objetivos propostos. Em

Marechal Cândido Rondon, as atividades estão sendo planejadas e organizadas para que o PNAE seja reconhecido como instrumento de SAN e Desenvolvimento Rural Sustentável.

APÊNDICE 1

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Título do Projeto: “O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR”

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato:

Adriana Maria De Grandi – fone: (XX) XXXX XXXXX;

Irene Carniatto – fone: (XX) XXXX XXXXX;

Jaciara Reis Nogueira Garcia – fone(XX) XXXX XXXXX;

Convidamos o Sr (a). _____ a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de identificar a participação da alimentação escolar como promotora de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar e nutricional. Para isso, será necessário conhecer as principais características socioeconômicas, ambientais e de sustentabilidade dos agricultores familiares envolvidos nesse processo. Assim, será realizado um tratamento a sua pessoa, na forma de aplicação de um questionário com questões objetivas e dissertativas que buscam conhecer melhor essas características.

Durante a execução do projeto todos os dados presentes no questionário serão usados e disponibilizados para análise, sendo que os mesmos poderão ser tabulados registrados e analisados pelo pesquisador com objetivo de gerar informações científicas. Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento. Informamos também que: o TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma

ficará com o sujeito da pesquisa; que o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; será mantido a confidencialidade da identidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso o sujeito necessite de maiores informações; descrever o atendimento que será dado ao sujeito caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto, mesmo que seja chamar o SIATE; descrever o atendimento será dado ao sujeito ao término do projeto.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto e autorizo que os dados coletados na forma de questionário sejam utilizados na pesquisa (no caso de responsável por menor ou pessoa considerada legalmente incapaz).

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

Eu, Jaciara Reis Nogueira Garcia, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Marechal Cândido Rondon, _____ de _____ de 2015.